



Programa Educação Plena e Integral: Diretrizes Pedagógicas - 1ª Edição

GOIÂNIA/GO

2021



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Programa Educação Plena e Integral: Diretrizes Pedagógicas – 1ª Edição

GOIÂNIA/GO

2021



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Ronaldo Ramos Caiado

Governador do Estado de Goiás

Lincoln Graziani Pereira da Rocha

Vice-Governador do Estado de Goiás

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira

Secretária de Estado de Educação

Márcia Rocha de Souza Antunes

Superintendente de Educação Integral

Bianca Kelly Verly Maia Pereira

Gerente de Desenvolvimento Curricular da Educação Integral

Janaína Fernandes da Silva Maracaípe

Gerente de Organização e Acompanhamento das Escolas de Tempo Integral

Tonimar Camilo e Silva

Gerente de Monitoramento e Organização das Informações
e Dados das Escolas de Tempo Integral

SEDUC/GO. Programa Educação Plena e Integral: Diretrizes Pedagógicas
Goiânia-GO, 2021.

Direitos e Permissões
Todos os direitos reservados

É proibida a publicação e/ou divulgação sem a autorização prévia da SEDUC-
GOIÁS.



ELABORAÇÃO

Gerência de Desenvolvimento Curricular da Educação Integral

Adriano Fonseca Silva

Bianca Kelly Verly Maia Pereira

Glenia das Chagas Carneiro Silva

Herica Cristina Araújo

Maria das Graças Moura da Silva

Silvia de Freitas Alves

4

COLABORADORES

Gerência de Organização e Acompanhamento das Escolas de Tempo Integral

Gerência Monitoramento e Organização das Informações e Dados das Escolas de Tempo Integral

Alessandra de Fátima Camargo Godoi

Dorian Carneiro de Abreu Carvalho

Elcione Ângela Oliveira

Fabiana Rita de Sousa

Janáina Fernandes da Silva Maracaípe

Leila Soares Camilo

Márcia Rocha de Souza Antunes

Sílvia Aparecida dos Santos Santana

Sônia Maria Domingos Fernandes

Tonimar Camilo e Silva

REVISÃO

Bianca Kelly Verly Maia Pereira

Márcia Rocha de Souza Antunes

PROJETO GRÁFICO E FORMATAÇÃO

Glenia das Chagas Carneiro Silva



SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM GOIÁS	8
1.1. MARCOS LEGAIS	8
1.2. COMO TUDO COMEÇOU.....	10
2. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA	14
2.1. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E CONCEITUAIS	14
2.2. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E EIXOS FORMATIVOS	17
2.2.1. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS.....	17
2.2.1.1. Protagonismo.....	18
2.2.1.2. Quatro Pilares da Educação.....	19
2.2.1.3. Pedagogia da Presença	20
2.2.1.4. Formação Integral.....	22
2.2.2. EIXOS FORMATIVOS	24
2.2.2.1. Formação Acadêmica de Excelência.....	24
2.2.2.2. Formação para a Vida.....	25
2.2.2.3. Formação de Competências para o Século XXI.....	25
2.3. ARQUITETURA CURRICULAR DOS CEPIs.....	26
2.3.1. MATRIZ CURRICULAR.....	27
2.3.2. ARTICULAÇÃO ENTRE NÚCLEO BÁSICO COMUM E NÚCLEO DIVERSIFICADO	29
2.3.3. COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DIVERSIFICADO	30
2.3.3.1. Protagonismo Juvenil	30
2.3.3.2. Projeto de Vida	34
2.3.3.3. Estudo Orientado I	37
2.3.3.4. Estudo Orientado II	38
2.3.3.5. Eletivas	40
2.3.3.6. Iniciação Científica	45
2.3.3.7. Práticas Experimentais	51
2.3.3.8. Preparação Pós-Médio.....	55
3. METODOLOGIAS	55



3.1.	ACOLHIMENTO.....	56
3.1.1.	O Acolhimento da Equipe Escolar	56
3.1.2.	Acolhimento dos Pais e Responsáveis	57
3.1.3.	Acolhimento dos Estudantes	58
3.1.4.	Acolhimento Diário	59
3.2.	Tutoria	60
3.3.	Ambientes de Aprendizagem	62
3.4.	Conselho de Classe Participativo	63
3.5.	Nivelamento	65
3.5.1.	Etapas do Nivelamento.....	66
3.6.	Robótica Educacional	69
3.7.	Prática Educativa: Atividades de Convivência e Hábitos Alimentares e de Higiene	70
4.	CONCEPÇÃO DE GESTÃO.....	72
4.1.	PRINCÍPIOS E CONCEITOS DA TECNOLOGIA DE GESTÃO EDUCACIONAL	73
4.1.1.	PRINCÍPIOS	73
4.1.1.1.	Ciclo Virtuoso	73
4.1.1.2.	Comunicação.....	74
4.1.1.3.	Educação pelo Trabalho	74
4.1.2.	CONCEITOS	75
4.1.2.1.	Descentralização.....	75
4.1.2.2.	Delegação Planejada.....	75
4.1.2.3.	Ciclo de Melhoria Contínua – O Ciclo PDCA	76
4.1.2.4.	Níveis de Resultado.....	76
4.1.2.5.	Parceria.....	77
4.2.	INSTRUMENTOS DA TECNOLOGIA DE GESTÃO EDUCACIONAL.....	77
4.2.1.	PLANO DE AÇÃO.....	77
4.2.2.	PROGRAMA DE AÇÃO.....	80
4.2.3.	DESDOBRAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO	82
4.2.3.1.	Mapa de Atividades.....	82
4.2.3.2.	Reuniões Gerenciais	84
4.2.3.3.	Agenda Bimestral	85
4.3.	LIDERANÇA SERVIDORA	85
	REFERÊNCIAS	87



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Secretaria de Estado da Educação de Goiás vem, desde 2006, através da implantação de escolas de tempo integral, repensando a concepção da escola e redesenhando o papel que essa instituição deve ter para a vida e para o desenvolvimento do jovem do século XXI. Isso implica mudanças tanto na abordagem pedagógica, no conteúdo do currículo e na carga horária do ensino oferecido, quanto no formato da carreira do professor e na sua relação com a unidade escolar. Nesse sentido, algumas experiências já implantadas têm demonstrado bons resultados.

Atualmente, estamos trabalhando com o Programa Educação Plena e Integral, o qual legaliza os Centros de Ensino em Período Integral/CEPIs, representando um salto de qualidade da educação de adolescentes e jovens, visto que a ampliação de tempos e espaços proposta se constitui em estratégia fundamental para viabilizar metodologias que deverão elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões.

Como consequência, o tempo de dedicação dos profissionais segue como importante fator para que, nesse maior tempo para o ensino, os docentes e demais profissionais dos CEPIs possam atender plenamente os estudantes nas suas diferentes expectativas e dificuldades na medida em que se amplia a presença educativa da equipe escolar e o desenvolvimento do conhecimento e habilidades dos estudantes. Dessa forma, a equipe escolar pode ampliar as melhores condições para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas. Para tanto, os professores dispõem do Mapa de Atividades no qual são destinados tempos para o aprimoramento da formação dos profissionais, para o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino que possibilitem a formação integral dos estudantes.

Assim, o Programa Educação Plena e Integral tem como objetivo propiciar aos estudantes, além das aulas que constam no currículo escolar, oportunidades para aprender e desenvolver práticas que irão apoiá-los no planejamento e execução do seu Projeto de Vida. Não apenas o desenho curricular dos CEPIs é diferenciado, mas também a sua metodologia, a concepção pedagógica e de gestão escolar, enquanto instrumento de planejamento, gerenciamento e avaliação das atividades de toda comunidade escolar.



1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM GOIÁS

1.1. MARCOS LEGAIS

No Brasil a educação em tempo integral vem se estruturando de forma bastante significativa por se apresentar como uma estratégia de melhoria na formação de estudantes mais conscientes e preparados para enfrentar desafios do mundo contemporâneo. E, pensando em investir nessa modalidade de ensino, desde 2006, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Educação/SEDUC, tem apresentado inovações no currículo e mudanças no tempo de permanência de estudantes na escola.

A educação está assegurada como um direito social de todos os cidadãos brasileiros, conforme prescreve o artigo 6 da Constituição Federal de 1988. Mais adiante, especificamente, no artigo 205, estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, CF; 1988).

Outro ordenamento jurídico que vem reforçar os preceitos constitucionais no sentido de atribuir ao Estado, à família e à sociedade o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, visando seu pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei n.º 8.069/1990, Capítulo IV, artigo 53.



Fonte: Brasil de Fato

Esse mesmo ordenamento legal também é citado na Lei n.º 9394/96, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme trecho abaixo:

A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e dos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, Artigo 2º - LDB 9394/96).

É importante ressaltar a intencionalidade e o valor desses preceitos jurídicos-constitucionais no que se refere ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, pois apresenta evidências de uma concepção do direito à educação integral dos estudantes. Nesse sentido, a



transmissão de valores às novas gerações deve pautar-se na necessidade de oferta de uma educação que não se limite à dimensão dos conteúdos intelectuais transmitidos através da



Fonte: Jornal para Escola

docência, mas também na transmissão e vivência dos valores, assegurando que as várias aprendizagens na escola agreguem valor às dimensões da vida pessoal, social e produtiva do estudante.

Portanto, é necessário oportunizar uma educação que garanta a formação dos sujeitos em suas múltiplas dimensões, reconhecendo-os como um todo, visto que as

“atividades produtivas passam a depender cada vez mais do uso de conhecimentos e exige pessoas criativas, críticas, propositivas, colaborativas e flexíveis, preparadas para agir e se adaptar rapidamente às mudanças dessa nova sociedade.” (ICE, 2020). Para isso, a escola deve assumir o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os estudantes possam viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral.

Para além dos dispositivos legais citados acima é preciso considerar também os Planos Nacional e Estadual de Educação, haja visto que ambos documentos fomentam a política da educação em tempo integral na rede pública estadual de Goiás. Para isso, ressalta-se a Lei n.º 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação/PNE, correspondente ao decênio 2014/2024, onde é firmado na Meta 6 os fins para atendimento dessa proposta de educação, ou seja, “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.” (Brasil, PNE, 2014).



Fonte: 2em1consultoria

Em Goiás o Plano Estadual de Educação foi instituído por meio da Lei nº 18.969/2015 para o decênio 2015-2025, onde prevê na Meta 3 a necessidade de “ampliar a oferta da educação em tempo integral em 50% (cinquenta por cento) das escolas da rede pública, atendendo, de forma gradativa, a 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas até o final da vigência deste Plano.”(Goiás, PEE, 2015). Nesse sentido, o Plano de Expansão das Escolas de Tempo Integral em Goiás visa alcançar a Meta 6 do PNE e para atingir essa meta, Goiás precisa atrair mais



estudantes para esse modelo de ensino e implantar novos Centros de Ensino em Período Integral/CEPIs.

Ainda com o objetivo de assegurar a educação integral em escolas de tempo integral, bem como, apoiar o processo de implantação em novas escolas, o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO) publica na Resolução CEE/CP n.º 03 de 16 de fevereiro de 2018, capítulo XIII, Artigo 57 o qual traz a informação que,

O Sistema de Educação do Estado de Goiás apoiará, em todas as etapas da educação básica das unidades escolares públicas e privadas, a progressiva implementação da escola em tempo integral, visando melhor qualificar os processos de aprendizagem para o educando atinja com êxito os mais elevados níveis de ensino. (CEE/GO, 2018).

Nesse mesmo documento legal, traz a informação de que o elemento que caracteriza uma escola de tempo integral não é o tempo cronológico, mas um projeto pedagógico em que a escolarização se dê de forma holística e em tempo inteiro, incluindo programação, execução e avaliação das ações pedagógicas; conceito de espaço escolar; e presença de professores em tempo integral, reforçando o que já é preconizado nas escolas de tempo integral de Goiás.

Assim, a implantação do Programa Educação Plena e Integral encontra-se amparado por legislações federais e estaduais, devendo ser consolidado pelas unidades escolares que optarem por trabalhar com essa proposta de ensino, por meio do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação, de forma que atenda as expectativas da comunidade, da equipe escolar e, principalmente, dos educandos, tendo como foco o desenvolvimento pleno dos estudantes em todas as dimensões da formação humana.

1.2. COMO TUDO COMEÇOU...

A educação integral é vista como um direito humano fundamental na Constituição Brasileira, sendo necessário buscar caminhos que garantam a formação dos sujeitos em suas múltiplas dimensões, reconhecendo o sujeito como um todo. Nessa perspectiva, os CEPIs devem assumir o papel de articuladores das diversas experiências educativas que o estudante possa viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral.

A educação de tempo integral na rede estadual de ensino de Goiás iniciou-se em 2006, com o Projeto Escola Estadual de Tempo Integral/EETI para atender estudantes de Ensino Fundamental – Anos Iniciais em 31 (trinta e uma) escolas, conforme Portaria n.º 0587/2007-



GABSEE. No ano seguinte, estendeu-se aos Anos Finais e implantou o Projeto em novas escolas. No Projeto EETI os componentes curriculares do Núcleo Básico Comum eram



Fonte: PROGIC

trabalhados no período matutino, enquanto no período vespertino ofertava-se componentes curriculares voltados para atividades pedagógicas na área de linguagens, matemática e ciências, além de atividades artísticas, culturais, esportivas e de integração social.

É importante ressaltar que os professores não atuavam

em regime de dedicação plena.

Até o ano de 2011, o Projeto EETI esteve organizado com uma jornada escolar de 10h diárias e, de acordo com a planilha “Quadro de Enturmação_2011”, chegou a atender 120 (cento e vinte) unidades escolares (GOIÁS, 2011). Neste ano a proposta pedagógica foi reformulada, em parceria com a Fundação Itaú Social/Cenpec, englobando mudanças na Matriz Curricular, com início no ano de 2012, onde os estudantes passaram a permanecer na escola por 8h por dia, não garantindo novamente a integralidade dos professores, o que trazia prejuízos para a consolidação do Projeto EETI e para o alcance de melhores resultados.

Salienta-se, que mesmo com a rediscussão do Projeto os componentes curriculares do Núcleo Básico Comum ainda eram ministrados em turnos separados, sendo: matutino, Núcleo Básico Comum e vespertino, Ampliação da Aprendizagem (parte diversificada). Entretanto, era orientado o planejamento das aulas, envolvendo as 02 (duas) partes, fosse realizado de forma integrada, o que não era possível em sua totalidade, visto que não foi garantido aos professores a dedicação plena, o que trazia prejuízos para a consolidação do Projeto EETI e para o alcance de melhores resultados.

Em 2011, a educação de tempo integral em Goiás, passa a ser citada pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/CP) em suas normativas, trazendo elementos importantes sobre a proposta pedagógica adotada até aquele momento. Além disso, reforça o compromisso quanto ao que distingue uma escola desse modelo, quando afirma que o “que caracteriza uma escola de tempo integral não é o fator tempo, mas a programação de ações pedagógicas que o preenche e o utiliza adequadamente”.

Com a publicação da Lei n.º 17.920 de dezembro de 2012, institui-se os Centros de Ensino em Período Integral/CEPIs, por meio da qual estudantes do Ensino Médio, a partir de 2013, também começaram a ser atendidos em tempo integral. Inicialmente, foi implantado em 15 (quinze) unidades escolares, as quais passaram por uma rígida triagem quanto ao quadro de



servidores que iriam atuar, visto que os integrantes do Quadro de Magistério deveriam trabalhar em regime de dedicação plena e integral e o tempo de permanência dos jovens ficou definido em 9h30min. Para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE foi contratado para consultoria no processo de criação e implantação desse modelo de ensino.

Os CEPs foram criados com o intuito de oportunizar à formação integral do estudante nas dimensões intelectual, física, social e cultural, bem como a importância do desenvolvimento das habilidades socioemocionais, onde todos os tempos e espaços da escola foram pensados, cuidadosamente, para proporcionar aprendizagens que alcancem uma formação plena de sentido, significado e escolhas.

Nesse mesmo ano (2013) a SEDUC, em parceria com o Instituto Jaime Câmara, desenvolveu em 2 (duas) escolas, das iniciadas em 2006, o Projeto Experimental Ser Pleno, uma proposta pedagógica inovadora e com bases conceituais, pressupostos e princípios constituídos a partir de documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como de leituras, estudos e discussões de experiências de sucesso em outras partes do Brasil e do mundo. No ano seguinte, esse Projeto Experimental foi expandido a mais 8 (oito) escolas, que até então atendiam em tempo parcial, por meio da Lei n.º 18.671/2014 que implantou o Projeto-piloto e em caráter experimental em Unidades Escolares de Educação Integral em Tempo Integral, conhecido como Projeto Ser Pleno.

Em 2014, com a expansão do Programa Mais Educação – MEC a todas as unidades educacionais inseridas no Projeto EETI, houve a necessidade de adequação do tempo de permanência do estudante na escola e, conseqüentemente, da carga horária da Matriz Curricular da EETI. A nova proposta de educação integral para o Ensino Fundamental encontrava-se fundamentada em quatro eixos da formação e do desenvolvimento humano: cognitivo, cultural, esportivo e social e, apoiava-se na ideia de que a extensão do tempo escolar associada à vivência de ações socioeducativas amplas, diversificadas e articuladas representaria novas oportunidades de aprendizagem, garantindo ao estudante uma formação mais completa.

A partir desse momento, o Estado de Goiás passou a proporcionar diferentes propostas pedagógicas de educação integral em tempo integral à estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Lembrando que, além desses modelos citados acima, Goiás também havia aderido ao Programa Mais Educação – Ministério da Educação para início das atividades desde o ano de 2009.



No ano de 2016, a SEDUC unifica as propostas pedagógicas de educação integral em tempo integral no Estado de Goiás e, conforme planilha “Quadro de Enturmação das UETIs_2016_2º Semestre”, chega atender 174 (cento e setenta e quatro) escolas, passando todas as unidades escolares integrais a se chamarem Centro de Ensino em Período Integral, com a criação de um Núcleo Diversificado composto por componentes curriculares que ampliam o Núcleo Básico Comum, as vivências de protagonismo e o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes.

Em razão disso, as escolas de tempo integral passam a seguir uma proposta única, quanto a adoção de Princípios Educativos e Eixos Formativos, os quais são utilizados para dar sustentabilidade pedagógica ao modelo adotado, além de, terem como foco a formação de adolescentes e jovens “autônomos, solidários e competentes” (ICE, 2020), tanto para Ensino Fundamental quanto para Ensino Médio. Ressalta-se que as matrizes curriculares trazem especificidades devido a realidade e a faixa etária dos estudantes.

É válido salientar que, a partir da unificação da proposta pedagógica das escolas de tempo integral e da nova realidade posta ao Ensino Fundamental, percebeu-se um grande impacto no que se refere à formação acadêmica e pessoal dos estudantes, bem como na concepção de educação integral por parte da equipe escolar e da comunidade, passando as escolas a serem vistas de uma forma mais significativa.

Nesse novo contexto, a permanência do docente nos CEPIS de Ensino Fundamental também passa a ser de 40h semanais de efetivo trabalho, em regime de dedicação plena e integral, incluindo carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo possível a adoção de planejamento pedagógico-educacional coletivo e tempo de estudos envolvendo o corpo docente, o grupo gestor e a coordenação pedagógica, a serem cumpridos na unidade. Variando o tempo de permanência dos estudantes na escola entre 10h e 9h30min diários.

No ano seguinte é publicada Lei n.º 19.687, de 22 de junho de 2017, que vai normatizar 176 (cento e setenta e seis) escolas a atuarem como Centros de Ensino em Período Integral, momento também em que é reforçado o objetivo do Governo de Goiás a respeito do compromisso e do trabalho de excelência a ser realizado pelos CEPIS, como vemos a seguir:

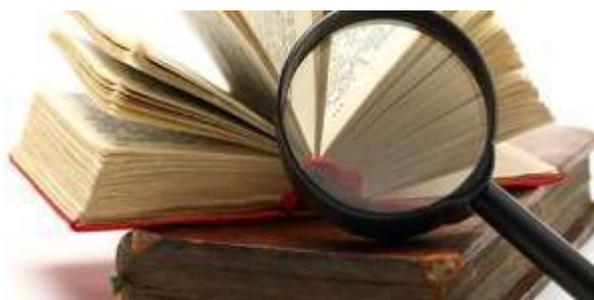
maior eficiência administrativa e educacional, com produção de impactos positivos na qualidade do ensino, aplicando modelo pedagógico específico, com vistas à obtenção de maior eficiência educacional mediante expansão do tempo de permanência dos alunos e professores neles. (Art. 1º; Inciso II)



Cabe destacar que, em 2016, a SEDUC realizou a adesão ao Programa de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral/EMTI criada pela Medida Provisória n.º 746/2016 da Presidência da República e instituída pela Portaria n.º 1.145/2016-MEC, servindo como aporte aos investimentos financeiros para os CEPIS de Ensino Médio. A implantação desse Programa Federal contou inicialmente com a assessoria do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE, Instituto Sonho Grande/ISG e Instituto Natura, os quais atuam até hoje como parceiros da SEDUC.

Entre 2017-2021 houve revogação de CEPIS e implantação de novos, alterando ao longo desses anos o número de escolas atendidas nesse modelo e, também, modificações na proposta pedagógica. Atualmente, contamos com 152 (cento e cinquenta e dois) Centros de Ensino em Período Integral.

Diante de todas as informações acima, pode-se dizer que a proposta pedagógica para a Educação Integral em Tempo Integral do Estado de Goiás aplicada



Fonte: Startupi

nos dias atuais é fruto das diversas experiências vivenciadas pela SEDUC, sendo esta normatizada pela Lei n.º 20.917, de 21 de dezembro de 2020, a qual institui o Programa Educação Plena e Integral.

2. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

2.1. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E CONCEITUAIS

A concepção de educação integral adotada nos Centros de Ensino em Período Integral está voltada para o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural –, devendo ser trabalhadas de modo integrado. Constitui-se também como um projeto coletivo, compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. Para delinear a proposta pedagógica do Programa Educação Plena e Integral, definiu-se como referenciais o Relatório da Unesco “*Educação: um tesouro a descobrir*”, o documento da Base Nacional Comum Curricular/BNCC e os Cadernos de Formação da Escola da Escolha idealizados pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE.

O relatório “*Educação: um tesouro a descobrir*”, da Comissão Internacional sobre



Educação para o Século XXI, feito para a UNESCO, faz parte das bases teóricas adotadas pela Secretaria de Estado da Educação/SEDUC para a elaboração da Proposta Pedagógica dos CEPs. Nesse relatório, é apresentado os Quatro Pilares da Educação, além de reforçar sobre a busca contínua de uma concepção e de uma prática educacional que revelem a todos o valor do aprendizado ao longo da vida, possibilita a emergência de nossos talentos, individuais e coletivos.

A educação em tempo integral emerge como uma das mais significativas estratégias para a oferta de uma formação escolar de excelência que permita o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades necessárias ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e ao exercício da cidadania, pois considera que todos os estudantes precisam ser estimulados e nutridos em suas múltiplas dimensões.

Na Base Nacional Comum Curricular, é observado o compromisso com a educação integral, visto que ela traz como propósito a formação e o desenvolvimento global dos estudantes, “o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual(cognitiva) ou a dimensão afetiva.” (2017, p. 14). Entretanto, esse documento aponta para alguns desafios de aprendizagem postos pela sociedade contemporânea que precisam ser incluídos intencionalmente no processo educativo para que os estudantes consigam,



reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2017, p. 14).

Para contribuir com o desenvolvimento global do ser humano e vencer os desafios acima, são utilizadas nos CEPs metodologias e práticas que fazem sentido para os estudantes; que constroem pontes entre o conhecimento e a vida; que promovem o nivelamento das aprendizagens; e que oportunizem vivências protagonistas com os estudantes e a construção de



seus projetos de vida; além de adotar estratégias que proporcionem a integração e a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares. Essas ações estão postas na BNCC e são vistas como mecanismos para a busca da equidade e da formação plena dos estudantes. Desta forma, a BNCC apresenta-se como uma das principais diretrizes para assegurar a Proposta Pedagógica para a Educação Integral em Tempo Integral de Goiás, visto que destaca a necessidade de que a educação brasileira caminhe na direção de uma formação humana na perspectiva da sua integralidade (aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais) diante de uma sociedade que deve ser transformada para assegurar justiça, democracia e inclusão.

Segundo o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE, a formação integral é consequência de um currículo orientado pelo desenvolvimento de competências pessoais e sociais, associado às competências cognitivas, sendo a combinação entre conhecimento e



Fonte: behance.net

atitude decisiva no sucesso do estudante, nas distintas dimensões de sua vida, seja pessoal, social ou produtiva. E, para desenvolver o currículo de modo a contribuir com o desenvolvimento pleno dos estudantes, “considera a ampliação do tempo de permanência de todos – equipe escolar e estudante –, uma estratégia indispensável”.

Nessa visão, propõe-se um ideal de homem e sociedade que atenda o mundo atual, sendo necessário considerar como tarefa fundamental da escola a formação de:

- Pessoas **autônomas**, capazes de avaliar e decidir baseadas em suas crenças, conhecimentos, valores e interesses;
- Cidadãos **solidários**, capazes de se reconhecerem como parte da solução dos problemas reais;
- (Futuros) profissionais **competentes**, capazes de definir o que desejam para a sua vida, de projetar seus sonhos em forma de ações e de executá-las; capazes de compreender as exigências do novo mundo do trabalho e de reconhecer as necessidades de aquisição de habilidades específicas requeridas para a execução do seu Projeto de Vida. (ICE, 2020).

Sendo assim, com compromisso de garantir uma proposta pedagógica educativa que vise a integralidade do sujeito, compreende-se que o Relatório da UNESCO, a BNCC e os Cadernos do ICE, residem o arcabouço teórico para a efetivação da proposta pedagógica desenvolvida nos Centros de Ensino de Período Integral/CEPIs no Estado de Goiás.



2.2. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E EIXOS FORMATIVOS

A Concepção Pedagógica é o sistema que opera a articulação do currículo do Núcleo Básico Comum e Núcleo Diversificado, considerando as diretrizes e parâmetros nacionais e locais, “fundamentadas em Princípios Educativos por meio dos quais a prática pedagógica se realiza orientada por Eixos Formativos” (ICE, 2020), sendo o estudante e o seu Projeto de Vida a centralidade do modelo da Escola da Escolha/ICE.

Como os Centros de Ensino em Período Integral/CEPIs foram criados sob a consultoria do ICE, sua Concepção Pedagógica está respaldada nos Princípios Educativos e Eixos Formativos da Escola da Escolha/ICE, os quais servem para o alinhamento dos referenciais filosóficos e conceituais contidos na Proposta Pedagógica de Educação Integral em Tempo Integral, na perspectiva da formação plena dos estudantes: capazes de desenvolverem uma visão do seu próprio futuro e transformá-lo em realidade a fim de responder aos contextos, desafios e possibilidades trazidas pelo século XXI.

Os Princípios Educativos e os Eixos Formativos orientam o projeto escolar e, por consequência, a prática pedagógica na perspectiva de uma formação que permitirá, que esse estudante desenvolva uma visão do seu próprio futuro, sendo capaz de transformá-la, em realidade para atuar nas 03 (três) dimensões da vida humana – pessoal, social e produtiva – naquilo que consideramos ser o mais importante o projeto de sua vida.

Para entender a concepção que rege as atividades pedagógicas dentro dos CEPIs, faz-se necessário conhecer o conceito dos Princípios Educativos e dos Eixos Formativos, bem como a forma que se articulam na prática pedagógica, nas práticas educativas e na rotina dos CEPIs.

2.2.1. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

A prática pedagógica desenvolvida nos CEPIs está fundamentada em 04 (quatro) Princípios Educativos que se alinham à grande missão de formar jovens autônomos, solidários e competentes.



Esses Princípios devem orientar a elaboração do Projeto Político Pedagógico dos



CEPIs, por consequência, a prática pedagógica na perspectiva de uma formação que permitirá, ao longo dos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, que esse estudante desenvolva uma visão do seu próprio futuro, sendo capaz de transformá-la em realidade para atuar nas 03 (três) dimensões da vida humana: pessoal, social e produtiva, ou seja, naquilo que é considerado ser o mais importante projeto de sua vida.

2.2.1.1. Protagonismo

A palavra Protagonismo, de origem grega, usada no teatro, na literatura e, mais recentemente, na sociologia e na política para ilustração dos atores sociais como agentes principais dos seus respectivos movimentos, empresta também à educação o seu uso. Dessa forma, os educadores passam a chamar de Protagonismo os processos, movimentos e dinamismos sociais e educativos, nos quais os adolescentes e jovens, apoiados ou não pelos seus educadores, assumem o papel principal das ações que executam.

Como Princípio Educativo, o Protagonismo alicerça o projeto escolar a fim de se materializar nas suas práticas e vivências. A educação proposta neste modelo tem como objetivo principal formar jovens autônomos, solidários e competentes que por meio das vivências nos diversos tempos e espaços da escola desenvolvam e ampliem suas potencialidades. Essas vivências devem ser oportunizadas aos estudantes nas aulas de todos os componentes curriculares e não somente nos componentes do Núcleo Diversificado.

Os estudantes precisam ser vistos e tratados como fonte de possibilidades, conhecimentos, experimentos e não como meros receptores de conhecimentos, devendo ser considerado parte de todas as ações e estar envolvido nas tomadas de decisões de maneira que todos entendam que dentro do CEPI, ele é parte da solução e não o problema.



Fonte: Blog Crescendo

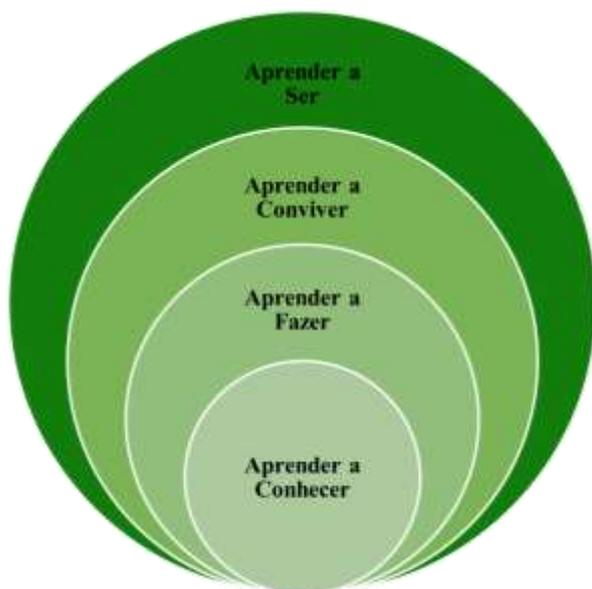
Portanto, é imprescindível entender que o Protagonismo não se restringe à Clube Juvenil ou a Líder de Turma, ele deve estar presente através dos planejamentos dos professores, das avaliações, das metodologias, enfim na rotina da escola. Além disso, ressalta-se que nas ações de protagonismo o estudante se mobiliza em torno de atividades que extrapolam o âmbito dos seus interesses individuais e familiares, e podem ter como espaço a escola, a vida comunitária (igrejas, clubes, associações, etc.), até mesmo a sociedade em sentido mais amplo.



2.2.1.2. Quatro Pilares da Educação

Os Quatro Pilares da Educação da UNESCO foram elaborados por Jacques Lucien Jean Delors, economista e político francês, estudou Economia na Sorbonne. Foi professor visitante na Universidade Paris-Dauphine (1974-1979) e na Escola Nacional de Administração (França). De 1992 a 1996, presidiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO. Neste período, Jacques Delors foi autor do relatório "*Educação, um Tesouro a descobrir*".

Durante seu trabalho na UNESCO, apontou como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda vida, fundamentada em quatro pilares, que são, concomitantemente, do conhecimento e da formação continuada. Assim, uma nova e ampla concepção de educação passa a ser uma condição essencial para responder aos desafios do novo século, no qual se supere a visão instrumental de educação e se passe a



considerá-la como o meio para a realização da pessoa em toda a sua plenitude, ou seja, aquela que aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a conviver e aprende a ser.

Na imagem ao lado, os pilares e os saberes a se adquirir são apresentados, aparentemente, divididos. Entretanto, essas quatro vias não podem, dissociar-se por estarem interligadas, constituindo interação com o fim único de uma formação holística do indivíduo, isto é, nenhum pilar se

sobrepõe a outro, e todos devem ser objeto de igual atenção durante o processo estruturado de educação.

A seguir, uma síntese dos Quatro Pilares para a educação no século XXI:

- › **Aprender a Conhecer** – É necessário tornar prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento para que não seja efêmero, para que se mantenha ao longo do tempo e para que valorize a curiosidade, a autonomia e a atenção permanentemente. É preciso, também, pensar o novo, reconstruir o velho e reinventar o pensar.
- › **Aprender a Fazer** – Não basta preparar-se com cuidados para se inserir no setor do trabalho. A rápida evolução por que passam as profissões pede que o indivíduo esteja apto a enfrentar novas situações de emprego e a trabalhar em equipe, desenvolvendo

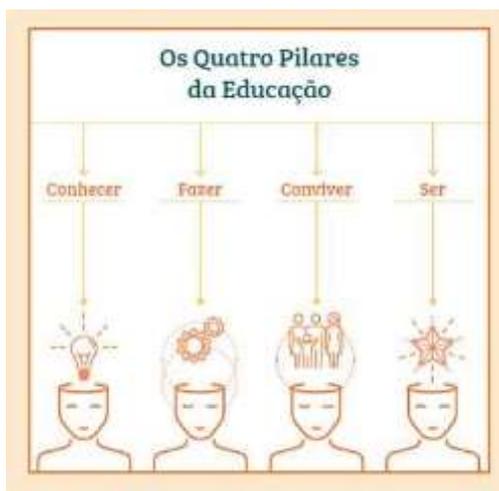


espírito cooperativo e de humildade na reelaboração conceitual e nas trocas, valores necessários ao trabalho coletivo. Ter iniciativa e intuição, gostar de uma certa dose de risco, saber comunicar-se, resolver conflitos e ser flexível. Aprender a fazer envolve uma série de técnicas a serem trabalhadas.

- › **Aprender a Conviver** – No mundo atual, este é um importantíssimo aprendizado por ser valorizado quem aprende a viver com os outros, a compreendê-los, a desenvolver a percepção de interdependência, a administrar conflitos, a participar de projetos comuns, a ter prazer no esforço comum.
- › **Aprender a Ser** – É importante desenvolver sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa e crescimento integral da pessoa em relação à inteligência. A aprendizagem precisa ser integral, não negligenciando nenhuma das potencialidades de cada indivíduo.

Dessa forma, os Quatro Pilares da Educação são aprendizagens fundamentais para que uma pessoa possa se desenvolver plenamente, considerando a progressão das suas potencialidades, ou seja, a capacidade de cada um de fazer crescer algo que traz consigo ou mesmo que adquire ao longo da vida.

Faz-se necessário que toda a equipe escolar atue de forma intencional no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes quando se trata, também, dos Quatro Pilares. Entender quem são os jovens que adentram à escola permite à equipe, no acompanhamento do desenvolvimento integral destes, mapear e atuar sobre esse desenvolvimento via ações



Fonte: ICE, 2020

intencionais como as de Acolhimento, Tutoria, Estudo Orientado II, entre outras.

2.2.1.3. Pedagogia da Presença

O Princípio da Pedagogia da Presença está presente nas ações de toda a equipe escolar tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, por meio de atitudes participativas e afirmativas, ultrapassando as fronteiras da sala de aula. Materializa-se por meio do estabelecimento de vínculos de consideração, afeto, respeito e reciprocidade entre os estudantes e educadores. É o fundamento da relação entre quem educa e quem é educado e traduz a capacidade do educador de se fazer presente na vida do estudante, satisfazendo uma necessidade



vital do processo de formação humana.

Segundo COSTA (2002), a Pedagogia da Presença representa um passo na direção do grande esforço, que se faz necessário, para a melhoria da qualidade da relação estabelecida entre educador e educando, tendo como base a influência construtiva, criativa e solidária favorável ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens.

A presença educativa diz respeito a um relacionamento onde duas pessoas se revelam uma para a outra. Isso requer abertura, troca, respeito mútuo, reciprocidade, na realidade essa troca é rotineira e espontânea: um bom dia, um olhar, uma palavra, um incentivo, um gesto, um conselho, um sorriso, enfim, são gestos e atitudes que não custam nada, mas que podem modificar inteiramente nosso trabalho. Aqui está o segredo de todo o processo educativo. É preciso compartilhar momentos de alegria ou de tristeza que o educando está sentindo.

Assim, a essência da Pedagogia da Presença é a reciprocidade. O objetivo central é a mudança da forma com a qual o estudante se relaciona consigo e com os outros, no processo de Aprender a Ser, Aprender a Conviver, Aprender a Conhecer e Aprender a Fazer, conforme norteiam os Quatro Pilares da Educação propostos pela UNESCO e que é um dos princípios também presentes no CEPI.

Na prática, a presença pedagógica se traduz no compartilhamento de tempo, experiências e vivências entre educador e estudante. No ato de educar, estudante e educador se tornam visíveis, perceptíveis e se fazem presentes em seu meio, em seu tempo e em suas histórias, enquanto indivíduos e enquanto membros de suas gerações. O que torna isso possível para o jovem é a percepção de que “alguém compreendeu e acolheu suas vivências, sentimentos e aspirações, filtrou-os a partir de sua própria experiência e comunicou-lhe com clareza a solidariedade e a força para agir.” (COSTA, 2002).

Presença não é dom, e é possível aprender a ser/estar presente se houver a disposição necessária para isso. Assim, torna-se possível o envolvimento pleno no ato de educar, pois não basta cumprir um ritual de presença. Ao mesmo tempo, traz a consciência dos limites desse ato porque se entregar de maneira irrefletida e sem limites não é desejável. COSTA (2002), identifica 03 (três) componentes essenciais nessa disposição interior para a presença:

- › **Abertura para conhecer**, compreender, envolver-se de maneira sadia na experiência do outro, ir além dos contatos superficiais e da intervenção puramente objetiva e técnica. É essa capacidade de deixar penetrar sua vida pela vida dos outros que torna possível captar seus apelos e responder adequadamente às suas dificuldades e aos seus impasses, pré-requisitos para a aceitação e a reciprocidade.



- › **Reciprocidade em uma interação** na qual os envolvidos se mostram receptivos um ao outro, se revelam mutuamente, se aceitam e comunicam seus conteúdos sem renunciar a sua originalidade.
- › **Compromisso do educador perante o estudante**, com seu envolvimento integral no ato de educar. O educador assume um compromisso que vai muito além da adaptação do estudante a uma realidade dada: ele abre espaços e compartilha ferramentas para a construção da presença do estudante, na medida em que este amplia sua autonomia e suas bases de liberdade, escolha e compromisso consigo mesmo e com os outros, e se torna mais competente para aproximar e integrar seu ser (o que é) e seu querer ser/tornar-se (o que quer ser/ tornar-se).

Na verdade, o exercício da Pedagogia da Presença é tarefa de todas as pessoas envolvidas em uma instituição dedicada à educação (professores, coordenadores, porteiros, pessoal administrativo, gestores e outros).

Portanto, não se trata de trabalho restrito às salas de aula, já que todos os profissionais envolvidos devem atuar com coesão e cientes de sua corresponsabilidade pelos resultados educacionais na perspectiva da formação dos estudantes, ou seja, cada pessoa presente no ambiente escolar tem um papel educador.



Fonte: CPB Educacional

Segundo o ICE (2020), é essencial que todos compartilhem das mesmas visões quanto à 03 (três) questões fundamentais:

- › O tipo de pessoa que se quer formar.
- › O tipo de sociedade para cuja construção se espera que essa pessoa contribua.
- › A utilidade e o valor do conhecimento na vida das pessoas.

Portanto, é necessário que todos os profissionais dos CEPs incorporem atitudes básicas que lhe permitam exercer uma influência construtiva, criativa e solidária na vida dos estudantes e que venham contribuir de forma positiva na formação plena e integral deles.

2.2.1.4. Formação Integral

A Formação Integral é um Princípio Educativo que está alinhado à concepção de educação que deve contribuir para o desenvolvimento pleno dos estudantes considerando todas as suas dimensões formativas – intelectual, física, afetiva, social e cultural –, as mesmas devem



ser trabalhadas de modo integrado pelos CEPIS.

A perspectiva apontada pela UNESCO, em seu Relatório sobre a Educação para o Século XXI destaca a necessidade de conceber e tratar a educação na sua dimensão mais ampla: a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito, corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, em especial pela educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos, bem como para formular seus próprios juízos de valor, de modo que possa decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

De acordo com o Centro de Referências em Educação Integral, a formação integral e global do estudante deve acontecer tendo em vista os seguintes aspectos:

- › **Centralidade do Estudante:** Como o próprio termo diz, o foco é no estudante. Com isso, todo projeto pedagógico deve ser construído e revisitado a partir das necessidades do estudante. Isso significa que a proposta deve ser personalizada e que tenha, de fato, a participação dos estudantes nessa construção de um processo de ensino-aprendizagem global.
- › **Aprendizagem Permanente:** A aprendizagem permanente pressupõe que todas as dimensões do processo de ensino-aprendizagem estejam inseridas no currículo. Dessa forma, as dimensões desenvolvidas não é somente a intelectual, mas também a social, emocional, física e cultural, compondo assim um desenvolvimento integral. Desta forma, na Educação Integral os conteúdos acadêmicos se articulam aos saberes dos estudantes e comunidades, dialogam com diferentes linguagens e compõem experiências formativas que envolvem e integram o conhecimento do corpo, das emoções, das relações e códigos socioculturais.
- › **Perspectiva Inclusiva:** A perspectiva inclusiva destaca que as propostas pedagógicas devem respeitar todas as diferenças, como as deficiências, a origem étnica e racial, religiosa, entre outros. Assim, é proposto que todos os espaços escolares sejam inclusivos e que, nesses locais, os estudantes tenham oportunidade de desenvolvimento em suas inúmeras dimensões.
- › **Gestão Democrática:** Outro aspecto importante é a gestão democrática, que existe para garantir os interesses e necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Assim, a gestão democrática pressupõe que as decisões e o acompanhamento das atividades sejam realizados de forma coletiva com a comunidade escolar – alunos, pais e educadores.



Como já ressaltado anteriormente, vários documentos colaboraram para o avanço da educação integral nos últimos anos. Um dos mais importantes é a Base Nacional Comum Curricular, a mesma visa orientar as secretarias de educação e as escolas na elaboração dos seus currículos. Homologada em dezembro de 2017, a BNCC prevê direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados a todos e a cada um dos estudantes de todas as instituições de ensino do país.

Nesse documento são estabelecidas diretrizes que guiam as escolas na elaboração dos seus projetos político-pedagógicos/PPP, e essa organização dimensiona o desenvolvimento mais amplo do indivíduo, a partir de um enfoque multidimensional e integrador que estimula as instâncias física, afetiva, cognitiva, socioemocional e ética.

2.2.2. EIXOS FORMATIVOS

Os Eixos Formativos estão alinhados aos Princípios Educativos com o intuito de orientar a prática pedagógica tanto no âmbito do currículo quanto dos componentes curriculares, do planejamento das aulas, da seleção dos conteúdos, temas, atividades, estratégias, recursos e/ou procedimentos didáticos. Eles coexistem porque são imprescindíveis para a formação dos estudantes dos CEPIs. São eles:

2.2.2.1. Formação Acadêmica de Excelência

No que se refere ao Eixo Formativo Formação Acadêmica de Excelência no âmbito do desenvolvimento cognitivo, as diretrizes curriculares, em seu projeto educacional, apontam os conteúdos escolares como meios para o desenvolvimento de capacidades pelos estudantes que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos. E ainda, considera os conteúdos para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes.

Nesse sentido, é óbvio que o domínio dos conteúdos escolares não basta à formação da pessoa. Autonomia, solidariedade e competência são condições fundamentais para a construção, o desenvolvimento e a realização da sua formação plena e isso requer da escola a consideração ao desenvolvimento de diversas capacidades. Aqui, a função socializadora da escola transcende os conteúdos formais, pois está a serviço de uma visão clara do tipo de sociedade e de pessoa que pretende formar, expresso na rotina de cada CEPI.

Portanto, a Formação para a Excelência Acadêmica trata de assegurar as condições ideais de aprendizagem para que os estudantes, em todas as etapas de ensino, desenvolvam as



habilidades e atitudes nas diversas áreas do conhecimento, sendo capazes de avançar e fazer uso, aplicar e compartilhar o que aprenderam, tendo em vista que esse é um requisito fundamental para que desenvolvam as competências para o século XXI.

2.2.2.2. Formação para a Vida

O objetivo do Eixo Formativo Formação para Vida é oportunizar aos estudantes nos diversos tempos e espaços do CEPI, por meio das práticas educativas e das metodologias, o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à valores e ideais que contribuam para a formação de estudantes autônomos e capazes de tomar decisões baseadas nas crenças, valores e interesses, bem como a fazer escolhas e a responder por elas. A atitude solidária, que implica na capacidade de envolver-se como parte da solução de problemas reais, nasce do comportamento pró-social da infância que, posteriormente, se consolida na figura do protagonista. Portanto, estimular a atuação protagonista no cotidiano escolar é fundamental.

Assim, enfrentar os desafios do século XXI requer um deliberado esforço para cultivar desde cedo nas crianças a compreensão da importância de cumprir com as suas responsabilidades pessoais e sociais, não apenas como estudantes nas suas escolas ou cidadãos de sua cidade, mas cidadãos cuja atuação impactará no mundo, em maior ou menor escala, seja em curto ou longo prazo.

Ressalta-se que o educador tem um papel extremamente importante nesta formação e deve estar especialmente atento para não confundir os espaços entre as suas convicções pessoais e seus valores na formação dos jovens.

2.2.2.3. Formação de Competências para o Século XXI

Formar as crianças e os jovens para contribuir e atuar no mundo, por meio do trabalho e da vida social, tornou-se um dos nossos maiores desafios neste século. Assim, as reflexões, conceitos e estudos sobre esse Eixo se referem às necessidades de adotar um novo jeito de sentir, olhar e cuidar dos nossos estudantes. A leitura e os estudos até agora realizados acerca





das competências para o século XXI devem ser considerados, para efeito da compreensão da formação destas competências, cujo desenvolvimento se dá, desde a base dos anos iniciais, de muitas formas, incluindo a construção de um código mental aberto que permitirá a essa criança se desenvolver com uma mente aberta, curiosa e desafiada pelas experiências.

Sendo assim, para possibilitar aos estudantes o desenvolvimento de competências para o século XXI, é necessário fazer com que os estudantes aprendam o que fazer com o conhecimento e as informações que adquirem. Eles podem usar tudo isso para criar coisas novas e úteis para a humanidade? Como eles podem comunicar o que aprenderam? Eles conseguem trabalhar junto a outras pessoas e construir algo, mesmo que tenham modelos mentais, formação acadêmica, personalidade e temperamentos diferentes? Parte das respostas podem ser esclarecidas pelos estudos realizados sobre a capacidade humana de aplicar o que se aprende em situações novas, o que os estudiosos chamam de “transferência de conhecimento”.

Dessa forma, é necessário conseguir usar o que se aprende na vida, e essa habilidade de transferir o que se sabe, seja em circunstâncias da vida real, seja dividindo conhecimento com outras pessoas, dizem os estudos, apoia os estudantes no desenvolvimento das competências necessárias para viver no século XXI.

2.3. ARQUITETURA CURRICULAR DOS CEPIs

A centralidade do modelo pedagógico dos CEPIs reside num jovem que ao final da Educação Básica tenha se constituído como autônomo, solidário e competente e que tenha construído as bases do seu projeto de vida. Para que isso seja possível é necessário ofertar aos estudantes, desde o Ensino Fundamental – Anos Finais, um processo de ensino que proporcione a formação dos estudantes em todas as dimensões da vida humana, assim, estará sendo oportunizado a eles condições essenciais para o desenvolvimento de múltiplas competências e o domínio de suas respectivas habilidades.

Segundo o ICE (2020) no Ensino Fundamental – Anos Finais os estudantes devem ser preparados a explorarem objetivos pessoais e estarem mais aptos a trabalhar em projetos de cocriação. Ao final dessa etapa, agora adolescentes, seguem desenvolvendo sua competência de raciocínio verbal, como capacidade para manterem múltiplas variáveis em mente e já atribuem, em sua maioria, sentido às suas ações a partir da capacidade de articulação entre questões éticas e valores.

No Ensino Médio, na condição de jovens, já possuem um raciocínio mais maduro e habilidades expandidas com base em experiências e vivências, também possuem uma visão de



mundo mais ampla e aberta a perspectivas variadas, além de estarem em constante aprendizado, desenvolvendo o seu domínio pessoal e um conjunto mais complexo de habilidades sociais e emocionais, sendo esse o caminho para a consolidação de sua formação na Educação Básica e de sua identidade adulta.

Pensando na formação integral do sujeito e na vivência de cada etapa do processo ensino-aprendizagem que se delineou a Arquitetura Curricular dos CEPis e em atendimento a referência e dispositivos da BNCC, temos 02 (dois) núcleos compondo essa arquitetura, ou seja Núcleo Básico Comum e Núcleo Diversificado, os quais são desenvolvidos de forma integrada.

Portanto, as Matrizes Curriculares dos CEPis norteiam o trabalho pedagógico em todos os seus níveis – planejamento, metodologia e avaliação –, oportunizando uma aprendizagem significativa e integradora por meio da articulação entre Núcleo Básico Comum e Núcleo Diversificado e do uso de estratégias que auxiliem no alcance da excelência acadêmica.



Fonte: Planificacion Didactica Integradora

2.3.1. MATRIZ CURRICULAR

As Matrizes Curriculares dos CEPis estão pautadas nos 03 (três) Eixos Formativos elencados a acima, favorecendo o trabalho interdisciplinar entre os componentes curriculares/habilidades que deverão ser trabalhados de acordo com a necessidade de cada turma e a realidade em que estão inseridas, com vistas a promover a formação integral dos estudantes, a qual se desenvolverá com a participação e a presença contínua deles, dos professores e da Equipe Gestora em todos os tempos e espaços da escola.

Ressalta-se que o jovem e o projeto de vida é a centralidade desse modelo, sendo assim, todas as ações da escola, bem como todas as metodologias que compõem o Programa Educação Plena e Integral devem convergir para apoiar o estudante na construção do seu projeto de vida no Ensino Médio.

Abaixo encontram-se as Matrizes Curriculares para os Centros de Ensino em Período Integral do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio.



Ensino Fundamental – Anos Finais

ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL											
NÚCLEO	ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	ANOS ESCOLARES							
				6°	CH/A	7°	CH/A	8°	CH/A	9°	CH/A
NÚCLEO BÁSICO COMUM - BNCC	LINGUAGENS	Língua Portuguesa	241	6	240	6	240	6	240	6	240
		Arte	11	2	80	2	80	2	80	2	80
		Educação Física	55	2	80	2	80	2	80	2	80
		Língua Inglesa	322	3	120	3	120	3	120	3	120
	MATEMÁTICA	Matemática	124	6	240	6	240	6	240	6	240
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências da Natureza	790	3	120	3	120	3	120	3	120
	CIÊNCIAS HUMANAS	História	103	4	160	4	160	4	160	4	160
		Geografia	98	4	160	4	160	4	160	4	160
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	1295	1	40	1	40	1	40	1	40	
NÚCLEO DIVERSIFICADO	TRANSDISCIPLINAR	Protagonismo Juvenil	1183	2	80	2	80	2	80	2	80
		Estudo Orientado I	1841	2	80	2	80	2	80	2	80
		Estudo Orientado II	1842	2	80	2	80	2	80	2	80
		Iniciação Científica	1768	2	80	2	80	2	80	2	80
		Práticas Experimentais	1850	2	80	2	80	2	80	2	80
		Eletivas	1432	4	160	4	160	4	160	4	160
SUBTOTAL DO NÚCLEO BÁSICO COMUM				31	1240	31	1240	31	1240	31	1240
SUBTOTAL DO NÚCLEO DIVERSIFICADO				14	560	14	560	14	560	14	560
TOTAL GERAL				45	1800	45	1800	45	1800	45	1800

28

Ensino Médio

ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - ENSINO MÉDIO								
NÚCLEO	ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	SÉRIES/CARGA HORÁRIA ANUAL					
			1° EM	CH/A	2° EM	CH/A	3° EM	CH/A
NÚCLEO BÁSICO COMUM (BNCC)	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa	6	240	6	240	6	240
		Arte	1	40	1	40	1	40
		Educação Física	2	80	2	80	2	80
		Língua Estrangeira Moderna - Inglês	2	80	2	80	2	80
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática	6	240	6	240	6	240
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	Física	2	80	2	80	2	80
		Química	2	80	2	80	2	80
		Biologia	2	80	2	80	2	80
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	História	2	80	2	80	2	80
		Geografia	2	80	2	80	2	80
		Filosofia	1	40	1	40	1	40
Sociologia		1	40	1	40	1	40	
NÚCLEO DIRIGIDO	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol	2	80	2	80	2	80
NÚCLEO DIVERSIFICADO	TRANSDISCIPLINAR	Práticas Experimentais	2	80	2	80	2	80
		Estudo Orientado I	2	80	2	80	2	80
		Estudo Orientado II	2	80	2	80	2	80
		Preparação Pós-Médio	2	80	2	80	4	160
		Projeto de Vida	2	80	2	80	0	0
		Protagonismo Juvenil	2	80	2	80	2	80
		Eletivas	2	80	2	80	2	80
SUBTOTAL DO NÚCLEO BÁSICO COMUM (BNCC)			29	1160	29	1160	29	1160
SUBTOTAL DO NÚCLEO DIRIGIDO			2	80	2	80	2	80
SUBTOTAL DO NÚCLEO DIVERSIFICADO			14	560	14	560	14	560
TOTAL GERAL			45	1800	45	1800	45	1800



Assim, a operacionalização da concepção pedagógica se concretiza por meio das Matrizes Curriculares que articulam a Base Nacional Comum Curricular e sua Parte Diversificada, considerando as diretrizes e parâmetros nacionais e locais, por meio de inovações fundamentadas na ampliação, na diversificação e no enriquecimento dos conhecimentos e experiências necessárias para apoiar o estudante que, ao longo do Ensino Fundamental e Ensino Médio, usufruirá das condições fundamentais que o auxiliará na elaboração do projeto mais importante de sua vida, o que chamamos de projeto de vida.

2.3.2. ARTICULAÇÃO ENTRE NÚCLEO BÁSICO COMUM E NÚCLEO DIVERSIFICADO

É fundamental que os componentes curriculares do Núcleo Básico Comum e os do Núcleo Diversificado atuem de maneira articulada para que a formação integral do estudante seja garantida, assegurando o desenvolvimento dos 3 (três) Eixos Formativos - Formação Acadêmica de Excelência, Formação de Competências para o Século XXI e Formação para a Vida. Assim, os componentes do Núcleo Diversificado devem contribuir para ampliar o conhecimento dos estudantes por meio do desenvolvimento de competências e habilidades.

No Artigo 15 das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN), em Resolução CNE/CEB n.º 04/2010, a Parte Diversificada é tratada como elemento que enriquece e complementa a BNCC, relacionando os estudos que considerem as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia, bem como da comunidade escolar, a despeito dos tempos e espaços curriculares.

Além do preceito legal acima, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, artigo 26 traz a seguinte informação sobre a complementação do currículo:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Considerando a interdisciplinaridade enquanto eixo metodológico para buscar a relação entre os temas explorados e respeitando as especificidades das distintas áreas de conhecimento, tem-se como amparo legal a Resolução nº 4/2010 - CNE, no § 2º, o qual rege que “interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas e eixos temáticos, perpassando todo o currículo e propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento.”



Assim, amparada pelas leis citadas acima, a Secretaria de Estado da Educação, por meio da Superintendência de Educação Integral vem fomentando a complementação do currículo e articulação entre o Núcleo Básico Comum e Núcleo Diversificado a fim de proporcionar discussões significativas aos estudantes, despertando a curiosidade e o aprofundamento de competências, bem como favorecendo um espaço rico e diversificado para análises, estudos, intervenções, produções, criatividade e discussões.

2.3.3. COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DIVERSIFICADO

O Núcleo Básico Comum e o Núcleo Diversificado se integram, dando lugar a uma composição curricular que busca a articulação entre os vários componentes curriculares propostos na Matriz Curricular. O Núcleo Diversificado, também obrigatório aos estudantes, se caracteriza por projetos pedagógicos, conteúdos complementares, práticas e metodologias diversas, integrados/as à Base Nacional Comum Curricular, observando sempre as realidades regionais e locais, assim o CEPI tem autonomia para incluir temas do interesse da sua comunidade.

Nos CEPIs o Núcleo Diversificado está concebido pelos seguintes componentes curriculares: Protagonismo Juvenil, Projeto de Vida, Estudo Orientado I, Estudo Orientado II, Eletivas, Iniciação Científica, Práticas Experimentais, Preparação Pós-Médio.



Fonte: adventista.edu.br

2.3.3.1. Protagonismo Juvenil – Ensino Fundamental e Ensino Médio

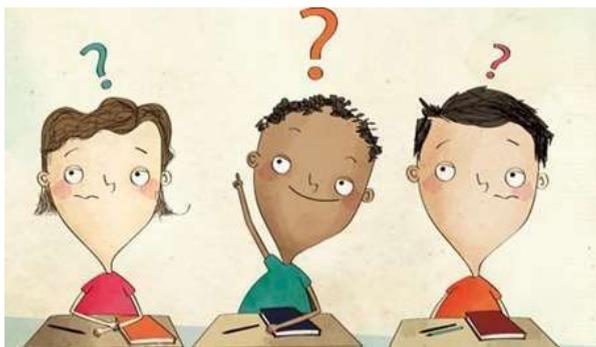
O componente curricular Protagonismo Juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes e jovens pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. (COSTA, 1996).

A palavra protagonismo é constituída por duas raízes gregas: proto, que significa "o



primeiro, o principal"; agon, que significa "luta". Agonistes, por sua vez, significa "lutador". Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal, ator principal. O jovem deve começar então, em face do protagonismo a ser aceito como solução, e não como problema.

A ação do jovem adolescente, de maneira individual ou em grupo, para buscar soluções de problemas reais, com participação autêntica no contexto escolar, na comunidade e na sociedade, se traduz de maneira inequívoca no protagonismo juvenil. Sua participação deve ser uma iniciativa legítima e não simbólica, onde são criadas oportunidades para que o estudante possa procurar, ele próprio, a construção de sua identidade.



Fonte: teresavalse.com.br

Assim, as diretrizes do Programa propõem estratégias para que o jovem possa desenvolver-se enquanto protagonista, dentre elas temos os Líderes de Turma e os Clubes Juvenis. É feito um trabalho inicial onde o jovem compreende que irá montar um clube e atuará em prol de sua unidade educacional e será formado para que sejam desenvolvidas lideranças que contribuirão com o desenvolvimento da prática protagonista.

O protagonismo além de ser Princípio Educativo, metodologia, também é componente curricular. Assim, durante as aulas de Protagonismo Juvenil, os estudantes são orientados quanto à atuação protagonista na escola e na comunidade, bem como da organização dos Clubes de do desenvolvimento dos projetos que serão elaborados e executados por eles. Dessa forma, a Matriz Curricular prevê 02 (duas) h/a semanais nas quais o estudante é o ator principal na condução de ações e, simultaneamente objeto das suas várias aprendizagens.

Sobre o que é protagonismo juvenil, COSTA define com sendo,

a participação do adolescente em atividades que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária, igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário". (1996: p. 90).

Os professores modulados nesse componente curricular no ensino fundamental devem fomentar momentos em que o estudante possa colocar em prática suas habilidades e



competências, autonomia e solidariedade. Para isso, deverá discutir com o grupo e criar uma rotina de atuação dos grupos formados pelos Clubes Juvenis. O jovem faz o seu papel protagonista e, ao mesmo tempo, contribui para o seu desenvolvimento. É necessário também que seja garantido a atuação de todos os estudantes em atividades protagonistas, ou seja, todos devem participar em um dos clubes que são criados e desenvolvidos pelos próprios estudantes.

Os estudantes que vivenciam o protagonismo, nos diferentes espaços escolares acabam desenvolvendo um papel importante de liderança, mobilizando outros estudantes a reconhecerem os problemas enfrentados e as soluções de melhoria. Vale destacar também que o protagonismo juvenil é um processo que pretende facilitar a inserção dos jovens no mundo adulto por meio do exercício de participação social dentro dos espaços em que eles pertencem.

→ **Protagonismo e Liderança**

A liderança envolve empatia, responsabilidade e propósito, é compreendida também como a capacidade que a pessoa tem de inspirar e atrair seguidores, de influenciar (de forma positiva) e de conduzir, de guiar ou orientar outras pessoas para se atingir um propósito comum. Nos CEPIS, a liderança é a junção desses conceitos, mas caracteriza-se, principalmente, por assumir responsabilidades junto aos colegas e aos professores para favorecer a criação de um ambiente colaborativo, participativo e responsável que beneficie a todos (ICE, 2021).

Na verdade, nos CEPIS é oportunizado aos estudantes a vivência de diversas metodologias e práticas que os envolvem em ações protagonistas, contribuindo para o desenvolvimento da liderança e mobilizando-os a reconhecerem os problemas enfrentados e as soluções de melhoria. O modelo pedagógico adotado conta com 02 (dois) personagens importantes que são os Líderes de Turma e os Líderes de Clube.

Líder de Turma e Líder de Clube é uma das práticas e vivências do Protagonismo Juvenil dentro do CEPI. Nessa prática, os jovens têm a possibilidade de exercer a sua capacidade de liderança a serviço do desenvolvimento de sua turma, sendo uma referência para os seus colegas, inspirando-os e contribuindo para a mudança de suas posturas, a fim de fomentar o envolvimento nas soluções que dizem respeito à rotina escolar sua comunidade, às pessoas etc.

Dessa forma, a rotina escolar é organizada de modo a contemplar reuniões mensais desses líderes com a equipe gestora da escola, de modo a viabilizar sua participação e comprometimento nas atividades desenvolvidas no CEPI. Por meio da atuação dos líderes de turma, os CEPIS promovem a ampliação de espaços de manifestação do Protagonismo Juvenil



e, por outro, aprimoraram sua gestão escolar, garantindo a participação e atuação de seus estudantes.

→ Clubes Juvenis

Os Clubes Juvenis são espaços destinados ao estudante nos quais, através da sua experiência, ele poderá desenvolver diversas competências e habilidades, como por exemplo a autonomia, a capacidade de trabalhar em equipe e de tomar decisões, a auto-organização e muitas outras.

São organizados a partir de uma determinada área de interesse, assim os membros desenvolvem atividades que proporcionam trocas de informações, de experiências e muitos aprendizados importantes relacionados ou não à vida escolar. E tudo isso mantendo o jeito jovem de ser, de ver e de pensar, mas é preciso lembrar que o Clube Juvenil não é o espaço para fazer tudo o que se quer, de qualquer jeito e a qualquer hora.

Os Clubes Juvenis devem corroborar para o êxito das atividades escolares e para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes e, para isso, devem elaborar o **Plano de Ação do Clube** para facilitar o planejamento, monitoramento e aprimoramento de suas ações.

Ressalta-se que no Ensino Fundamental os estudantes contam com a orientação e acompanhamento do professor modulado nesse componente curricular para a elaboração e execução dos planos de ação de cada Clube Juvenil com carga horária estabelecida na Matriz Curricular. Já no Ensino Médio são os estudantes que organizam os Clubes, elaboram e executam os planos, a fim de vivenciar e fomentar o protagonismo no CEPI.

No Plano de Ação do Clube Juvenil NÃO PODE FALTAR!!!

A Visão: Representa o sonho dos integrantes do Clube, o que eles esperam fazer com a sua criação, aquilo que faz o coração do grupo vibrar. Ela precisa estar bem definida e tem que ser realista pois isso evita confusão e o melhor, evita que o grupo acredite que poderá fazer mais do que aquilo que é possível.

O Objetivo: O que o Clube vai fazer com a sua criação, o que ele pretende criar, qual a razão de sua existência, o que vai fazer e por que, e tudo isso tem sempre que estar relacionado com a visão.

Os Valores: Quais são os valores nos quais os integrantes do Clube acreditam e que são importantes para realizar a sua VISÃO. Os valores têm que ser coerentes e praticados por todos os integrantes. Se o Clube tem como valor a colaboração, todos devem agir de maneira colaborativa; se a harmonia é um valor, então todos devem atuar de maneira a



estimular e a preservar a harmonia entre todos. Isso tudo deve estar presente no Código de Ética a ser elaborado pelo Clube.

Os Resultados Esperados: Precisam ser possíveis de serem alcançados. Eles ajudam a manter um ritmo de trabalho no grupo que deverá estar unido e atuando na sua busca. Quando isso é alcançado podemos avaliar o grupo como eficaz.

As Prioridades: É aquilo que é importante para que o Clube atinja os resultados esperados e para onde deve estar TODA a sua energia. Se a atividade do Clube é um Jornal, então estimular o grupo a trabalhar com instrumentos musicais não deve ser uma prioridade para esse Clube, mas ler, escrever e pesquisar!

As Estratégias: São os meios e tudo aquilo que você vai usar para atingir os seus resultados. Por exemplo, se você quer que o seu Clube seja bastante conhecido na sua escola, então vai precisar se utilizar de estratégias de comunicação e divulgação de maneira muito forte.

As Funções da Equipe: Quem faz o quê? É aqui que se define quem faz parte do Clube e o que faz, qual é a sua função.

Plano de Atividades: Neste ponto se define as tarefas de cada pessoa e os prazos necessários para elas.

Os Resultados Alcançados: No final do ano, o Clube vai divulgar os resultados que alcançou depois de um ano de muito trabalho legal desenvolvido por todos! Essa divulgação pode ficar no mural da escola ou até mesmo ser publicada numa matéria do Jornal, como um exemplo de parceria entre os Clubes na escola.

Para o pleno desenvolvimento das ações, o Gestor do CEPI deve apoiar e fomentar as ações dos Clubes Juvenis por meio da realização sistemática das reuniões gerenciais com os Líderes.

2.3.3.2. Projeto de Vida – Ensino Médio

Projeto de Vida é uma Metodologia de Êxito que objetiva despertar nos jovens os seus sonhos e ambições, o que desejam para as suas vidas e que pessoas pretendem ser, mobilizando-os a pensar nos mecanismos necessários para essa realização. É mais que reflexão sobre sonhos e planos. É sobre descobertas de potencialidades, de limites, de desejos. Não é um processo simples e nem rápido, mas uma grande tarefa a ser realizada, é o primeiro projeto para uma vida toda. (ICE, Caderno Inovações em Conteúdo, Método e Gestão, 2019)

Projeto de Vida, é um componente curricular em que é trabalhado o caminho entre o “Quem eu sou” e o “Quem eu quero ser”, através de um processo bem estruturado unindo autoconhecimento, planejamento e prática. O estudante aprende a se conhecer melhor, identifica seus potenciais, interesses e sonhos, definindo metas e estratégias para alcançar seus

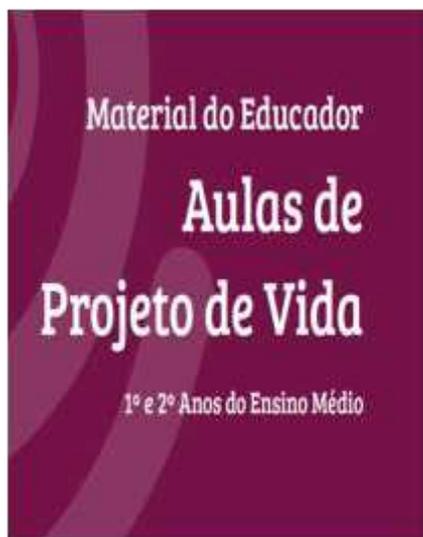


objetivos. Portanto, orientar os jovens na construção de seus projetos de vida, desenvolvendo o autoconhecimento e o estabelecimento de perspectivas de futuro tem sido um dos caminhos trilhados pelos CEPIs a fim de que os estudantes sejam protagonistas, que tenham uma visão holística do mundo, que tenham capacidade de sonhar e desejo de concretizar seus sonhos.

Vale ressaltar que o Projeto de Vida figura entre as dez competências da Base Nacional Comum Curricular/BNCC, como pode ser observado abaixo:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (**Competência 6. Trabalho e Projeto de Vida**)

Assim, o Projeto de Vida é a centralidade do CEPI, além de ocupar seu lugar como Componente Curricular com material didático estruturado para 1ª e 2ª séries, intitulado Aulas



Fonte: ICE

de Projeto de Vida, para que o professor possa desenvolver suas aulas. O Projeto de Vida consiste em seguir um processo que permita ao estudante documentar seu projeto de vida, incorporando uma forma lógica de pensamento estruturado que ajudará a definir objetivos, fazer escolhas, estabelecer ações e acompanhar a realização dos seus planos, orientado pelo professor de Projeto de Vida.

As aulas estruturadas no caderno do ICE *Material do Educador Aulas de Projeto de Vida*, ministradas nas 02 (duas) primeiras séries do Ensino Médio e oferecem subsídios para que os jovens iniciem um processo gradual,

lógico e reflexivo por meio de temáticas fundamentais, que se relacionam e se complementam, auxiliando na construção da sua identidade (o ponto de partida) e o seu posicionamento diante das distintas dimensões e circunstâncias da vida. As atividades realizadas no Acolhimento Inicial também cooperam para a construção da identidade e elaboração do projeto de vida dos estudantes, pois são aplicadas estratégias que sensibilizam os mesmos em torno do novo projeto escolar, dando início a materialização de seus sonhos.

Como componente curricular possui material didático estruturado para as 1ª e 2ª séries, intitulados “*Material do Professor: Aulas de Projeto de Vida*” e “*Guia Prático para a elaboração do Projeto de Vida*”, para que o professor possa desenvolver suas aulas (ambos



cadernos foram produzidos pelo ICE) e, consiste em seguir um processo que permita ao estudante documentar seu projeto de vida, incorporando uma forma lógica de pensamento estruturado que ajudará a definir objetivos, fazer escolhas, estabelecer ações e acompanhar a realização dos seus planos, orientado pelo professor de Projeto de Vida.

→ **As aulas se estruturam da seguinte forma**

- › **1ª Série – Identidade, Valores e Construção de Competências:** Dedicar-se ao autoconhecimento e reconhecimento da importância dos valores, à existência de competências fundamentais que se relacionam, se integram e que estão presentes nas várias dimensões da vida. Como parte desse processo os jovens documentam suas reflexões no Guia Prático para a elaboração do Projeto de Vida.

Autoconhecimento: Conhecer a si mesmo não significa fazer um “mergulho interior”, rendendo-se a especulações subjetivas, o que é uma tarefa sem fim. Conhecer-se é algo que se dá na medida em que o sujeito se modifica, agindo no mundo, se posicionando diante das questões em que é convocado a se manifestar, interagindo com o diverso, em situações inéditas. Conhecer-se é impossível sem as relações de alteridade e é na medida em que se age que se elabora a si mesmo, uma vez que é uma ocasião de se manifestar como se é ou como se deseja ser. Muitas vezes, é o outro que nos revela a nós mesmos.

- › **2ª Série – Os Planos e as Decisões:** Dedicar-se à elaboração do Projeto de Vida, o Futuro: os planos e as decisões. Nessa etapa, os jovens continuam a documentar suas reflexões e tomadas de decisões no “*Guia Prático para a elaboração do Projeto de Vida*”.

Futuro: Trata-se de desenvolver quais os desejos que o jovem tem hoje e elaborá-los de maneira concreta, planejando as formas de realizá-los. É pela perspectiva do que se almeja agora, porque os desejos e aspirações são passíveis de serem modificados ao longo do tempo. As ações do Planejamento do Projeto de Vida ganham sentido porque são estruturadas com base na Tecnologia de Gestão Educacional – TGE e é por meio de suas metodologias que o jovem aprende sobre a criação de objetivos, definição de metas, prazos etc.





O Projeto de Vida é o foco da proposta pedagógica desenvolvida no CEPI. Assim, todos reúnem os esforços para a sua realização por meio do Projeto Escolar, que se estrutura para esse fim, porque nos CEPIs as Práticas Educativas e as Metodologias convergem para a formação acadêmica de excelência associada a uma sólida formação em valores fundamentais para apoiar os estudantes nas decisões que tomarão ao longo das suas vidas e no desenvolvimento de competências, que os permitirão transitar e atuar diante dos imensos desafios e possibilidades que encontrarão.

Nesse sentido, construir um projeto de vida consiste em documentar os sonhos, metas, objetivos e ambições em relação ao futuro. Ao final da jornada do Ensino Médio, cada jovem deverá ter traçado minimamente aquilo que ele deseja construir em sua vida, num prazo de curta, média e longa duração. Todos deverão ter descoberto a necessidade de projetar seus desejos em forma de ações e especialmente terão vivenciado um pouco da experiência de saber que este é um caminho que deve ser construído e cuidado por cada um, com o apoio dos professores, da equipe escolar e da sua família.

2.3.3.3. Estudo Orientado I – Ensino Fundamental e Ensino Médio

O Estudo Orientado I é composto por 03 (três) instrumentos avaliativos – Avaliação de Bloco, Produção de Texto e Simulado. Este componente curricular visa propiciar aos estudantes o desenvolvimento de rotina de estudos, por meio da realização de Avaliações Semanais, as mesmas possibilitam à coordenação pedagógica e às coordenações de área:

- › Acompanhar o rendimento dos estudantes em relação aos conteúdos trabalhados;
- › Diagnosticar pontos a serem retomados junto aos planejamentos dos professores;
- › Analisar os resultados;
- › Realizar intervenções pontuais, garantindo o nivelamento das habilidades essenciais, por turma e, ao mesmo tempo de forma individualizada e assim, assegurando a reorientação pedagógica às reais necessidades de aprendizagem.

A partir dos resultados das Avaliações Semanais, a equipe escolar consegue mensurar se as intenções educativas foram concretizadas e, ao mesmo tempo, replanejar intervenções necessárias para que cada estudante atinja as habilidades e competências esperadas.

Assim, as Avaliações Semanais aplicadas no Estudo Orientado I se tornam um importante instrumento na gestão do ensino e da aprendizagem, pois é a partir delas que o professor consegue mensurar se as intenções educativas foram concretizadas. A avaliação permite identificar lacunas no processo de aprendizagem e é imprescindível que, a partir desse



diagnóstico, as coordenações e os professores realizem as intervenções necessárias para que cada estudante atinja as habilidades e competências esperadas.

ATENÇÃO!

- › As coordenações pedagógicas devem acompanhar e analisar os resultados semanalmente por Componente Curricular e por Área e discuti-los com as coordenações de área nas Reuniões Gerenciais, propondo os redirecionamentos pedagógicos necessários;
- › As coordenações de área devem analisar os resultados das avaliações com os professores nas Reuniões Gerenciais, caso necessário fazer intervenções e propor redirecionamentos quanto aos planejamentos dos professores e das estratégias/recursos utilizados;
- › As coordenações pedagógicas analisam os resultados junto com as coordenações do núcleo diversificado a fim de redirecionar o planejamento dos professores nos componentes do Núcleo Diversificado.

A proposta de se criar uma cultura de estudos no CEPI se torna uma estratégia eficaz na direção da Formação para a Excelência Acadêmica. Assegurar a rotina permanente de estudos junto aos estudantes é uma das ações para atingir essa estratégia e por isso a criação de tempos qualificados para a realização dos estudos torna-se fundamental. Ter clareza sobre isso e investir nessa estratégia é uma das medidas mais acertadas para um Plano de Ação bem sucedido.

2.3.3.4. Estudo Orientado II – Ensino Fundamental e Ensino Médio

O Estudo Orientado II visa oportunizar aos estudantes o desenvolvimento de rotinas de estudo por meio de técnicas que contribuam para a melhoria da aprendizagem. Quando o estudante estuda, está criando outras oportunidades de aprender, desenvolvendo novas habilidades e o pilar da educação “**Aprender a Aprender**”, fundamental para o cultivo do desejo de continuar a aprender ao longo da sua vida, como anunciado no “*Relatório da Unesco: Educação, Um Tesouro a Descobrir*”.

Esse componente curricular é uma metodologia significativa, no qual são oferecidos aos estudantes espaços para que eles gerenciem as suas aprendizagens e condições para que eles tenham capacidade de se organizarem para seus próprios estudos. Assim, os estudantes devem ser sensibilizados acerca da importância de criar uma agenda de estudos de acordo com suas



prioridades e necessidades. Além disso, essas condições, no conjunto de outras, deverão contribuir para formação integral e para a construção do Projeto de Vida deles, uma vez que desenvolvem competências que permitem aos estudantes aprender a fazer escolhas, priorizar e direcionar sua aprendizagem.

As aulas de Estudo Orientado II devem ter como foco cada jovem em sua individualidade, por isso o planejamento das aulas envolve diferentes propostas e estratégias de ensino. Para atingir os objetivos propostos, o planejamento é essencial e o professor pode se apoiar no material disponibilizado, ou seja, *“Material do Educador: Aulas de Estudo Orientado”* (ICE; 1ª Edição | 2016).

O material de apoio citado acima possui sugestões de aulas estruturadas que tem como objetivo propor estratégias diversificadas trazendo reflexões importantes para o ato de estudar. Entretanto, o professor tem a liberdade de ampliar as reflexões, ampliar possibilidades para serem trabalhados nas sugestões das aulas, de modo a atender as necessidades dos estudantes naquele momento conforme perceba quais abordagens podem ser pertinentes para aquela turma.

Nesse processo formativo, o estudante conhece melhor suas dificuldades e pode encontrar apoio para a realização dos seus ideais. Portanto, é imprescindível que a equipe escolar entenda o objetivo desse componente e do quanto ele pode contribuir para a excelência acadêmica dos estudantes.

Então, o que é e o que não é Estudo Orientado II?

O que é?	O que, não é?
<ul style="list-style-type: none"> > É suporte didático para a compreensão dos conteúdos e para a progressão dos estudos dos jovens; > É momento em que aprender a estudar deve ser o centro da prática de ensino do professor orientador de estudo; > É criação, por parte dos estudantes, de hábitos de estudo de forma independente e criativa; > É oportunidade de acompanhamento sistemático por parte do professor sobre o processo de aprendizagem dos jovens; 	<ul style="list-style-type: none"> > Não é um momento em que estudar se resume a fazer tarefas, ler ou copiar; > Não é permitir que os jovens se mantenham “soltos” nas atividades de estudo; > Não é momento para o professor dar continuidade ao conteúdo visto em suas aulas; > Não é orientar os jovens sem se basear no Plano de Estudo ou de Atividades da turma;



<ul style="list-style-type: none"> > É condição para os jovens estabelecerem relações entre o conhecimento e sua aplicação na vida cotidiana; > É oportunidade para o professor verificar a eficácia do seu próprio trabalho na condução do ensino e trabalhar articulando sua prática com as demandas dos estudantes; > É uma Metodologia que deve favorecer o desenvolvimento da autoconfiança dos jovens na sua capacidade de aprender a aprender. 	<ul style="list-style-type: none"> > Não é permitir que os jovens brinquem ou destinem o tempo ao lazer; > Não é, para o professor, tempo para realização de outras atividades que não seja apoiar o estudo dos jovens; > Não é propor atividades pedagógicas descoladas dos resultados pactuados pela Equipe Escolar em seu Plano de Ação.
---	---

Fonte: Inovações em Conteúdo, Método e Gestão • Metodologias de Êxito - ICE

Nesse entendimento, o papel do educador é primordial, pois, ele é responsável por trabalhar com os estudantes de modo a contribuir no desenvolvimento de aptidões como: capacidade intelectual, vontade, hábitos de aula, condições pessoais, aprender estabelecer prioridades, elaborar planos de estudo, dominar técnicas de estudo que os favoreça em suas estratégias de aprendizagem. Enfim, a intenção é que o estudante consiga, ao longo do tempo adquirir essas capacidades dentre outras, no alcance da autonomia.

2.3.3.5. Eletivas – Ensino Fundamental e Ensino Médio

O objetivo do componente curricular Eletivas é propiciar a ampliação e o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e socioemocionais, bem como o estímulo à criatividade. Nesse sentido as Eletivas mostram-se como uma oportunidade de abordagem prática do currículo, trazendo os estudantes ao centro, um elemento essencial ao exercício e desenvolvimento do protagonismo, sendo este um dos pilares da proposta pedagógica dos CEPIS. Isso quer dizer, oportunizar aos estudantes a exercitar suas escolhas, adotando uma metodologia educativa que busca estimular a participação dos jovens em sala de aula.

Esse componente curricular encontra base legal na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação/CNE, no Capítulo II, Formação Básica Comum e Parte Diversificada, Artigo 17, o qual prescreve que:

No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, destinar-se-ão, pelo menos, 20% do total da carga horária anual ao conjunto de programas e projetos



interdisciplinares eletivos criados pela escola, previsto no projeto pedagógico, de modo que os estudantes do Ensino Fundamental e do Médio possam escolher aquele programa ou projeto com que se identifiquem e que lhes permitam melhor lidar com o conhecimento e a experiência.

Nos CEPIs, os projetos de Eletivas são produzidos pelos professores e devem ser pensados de forma interdisciplinar e transdisciplinar, de forma que envolva as diferentes áreas de conhecimento e os vários componentes curriculares da Matriz, contribuindo com o enriquecimento dos conteúdos desenvolvidos no Núcleo Básico Comum, sendo imprescindível a articulação entre os professores para elaborarem e executarem os projetos. Cabe ressaltar que, esses projetos passam por um processo criterioso de elaboração e validação, além de oportunizar aos estudantes a escolha das temáticas em que desejam participar.



Fonte: Direcional Escolas

Os projetos de Eletivas são ofertados semestralmente, é de livre escolha dos estudantes e devem valorizar todos os aspectos do desenvolvimento humano – para além do cognitivo. Assim, pode-se trabalhar com as atitudes e os comportamentos habituais dos estudantes para que os mesmos possam vivenciar atividades educativas alinhadas ao seu desenvolvimento integral. O propósito é assegurar maior nível de reflexão, escolha, participação, engajamento e preparação dos estudantes para que possam planejar e alcançar seus objetivos presentes e futuros. Ainda possibilita o desenvolvimento e o fortalecimento de competências que os tornem cada vez mais autônomos e responsáveis em relação a sua vida escolar, pessoal, social e profissional e permite que os estudantes participem da construção do seu próprio currículo.

Sendo assim, as Eletivas ocupam um lugar central no Programa Educação Plena e Integral no que tange à diversificação das experiências escolares, oferecendo um espaço privilegiado para a interação, a experimentação, a interdisciplinaridade, o aprofundamento dos estudos e a construção de novos conhecimentos.

→ Planejamento dos Projetos de Eletivas

Antes de elaborar os projetos para as Eletivas, alguns aspectos precisam ser discutidos:

- › Considerar a realidade que cada CEPI vivenciou no ano anterior e pontuar as fragilidades detectadas pelos professores, quais foram os principais desafios referentes



- ao processo ensino aprendizagem;
- › Realizar uma análise da melhoria das proficiências, ao longo do ano letivo apresentados no Plano de Ação Anual;
 - › Realizar o mapeamento dos resultados de aprendizagem dividido por ano escolar/série que identifique as fragilidades de cada ano escolar separadamente para que as temáticas das Eletivas atendam a essas necessidades, pois essas temáticas precisam dialogar com os resultados assumidos pela escola;
 - › Planejar com foco nas competências, nas habilidades e nos conteúdos da BNCC, que caminha na direção de uma formação humana na perspectiva da sua integralidade (aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais) criando condições para os estudantes despertarem um conjunto de habilidades essenciais para o seu desenvolvimento;
 - › Garantir a interdisciplinaridade nos projetos, tendo em vista o desenvolvimento, integração e consolidação das áreas do conhecimento, assim, é essencial que professores das distintas áreas que se relacionam ao tema estejam envolvidos na elaboração dos projetos;
 - › Alinhar como será o uso de ferramentas e aplicativos capazes de garantir uma comunicação clara e objetiva entre os atores envolvidos, assegurando maior possibilidade de alcance aos estudantes.

→ A Estruturação dos Projetos de Eletivas

É importante que haja uma padronização tanto no que se refere a estrutura e as normas técnicas básicas essenciais para elaboração de projetos pedagógicos, essa organização denota autenticidade, eficiência, e permite maior alcance para o acompanhamento das coordenações. Dessa forma, na estrutura dos projetos de Eletivas devem ser contemplados os seguintes itens:

- › **Título:** Definir o nome do Projeto de Eletiva – a escolha do nome deve despertar nos estudantes a curiosidade e o interesse pelo tema a ser desenvolvido. Recomenda-se, portanto, bastante alinhamento e um pouco de marketing sobre o título.
- › **Professor Articulador:** Informar o nome do professor que será modulado com a Eletiva em questão.
- › **Professor Colaborador:** Informar o nome do professor que irá colaborar tanto na elaboração do projeto quanto no apoio durante o desenvolvimento do Projeto.
- › **Justificativa:** Estabelecer e registrar de forma clara e objetiva, o motivo pelo qual esse tema foi escolhido, qual a função do projeto, público alvo, ou seja, sua relevância.



Assim, faz-se necessário que neste item sejam articuladas as estratégias do Plano de Ação de forma interdisciplinar e transdisciplinar, bem como sinalizar os indicadores que possam contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e com a ação educativa do professor, no que se refere às expectativas e necessidades dos estudantes.

Lembrete sobre a Interdisciplinaridade...

Segundo Libâneo (1994), a interdisciplinaridade é uma combinação de atividades de diferentes componentes curriculares em que todos abordam a mesma temática. Portanto, não adianta planejar atividades envolvendo outros componentes curriculares que não tenham ligação direta com o tema, ou que não venha ampliar, de forma mais abrangente, o conhecimento de um tema específico.

Portanto, não adianta informar conteúdos e atividades no Projeto que não estejam lincadas ao tema. É preciso ter o cuidado para que não sejam apenas a criação de propostas de atividades deslocadas.

(In Info Escola)

- › **Objetivo Geral:** Descrever de forma clara a intenção do projeto. A redação deste item deve conter elementos de todos os objetivos específicos de modo a entendê-lo como ponto de alcance final, pelo desenvolvimento dos objetivos específicos.
- › **Objetivos Específicos:** Descrever de forma detalhada, os resultados que se pretende alcançar e estabelecer estreita relação com as particularidades do tema.
- › **Áreas do Conhecimento:** Listar as áreas do conhecimento envolvidas no projeto.
- › **Competências e Habilidades:** Selecionar e registrar as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes com a execução do projeto. Recomenda-se consulta ao documento BNCC disponível no link <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>, o qual pode ser acessado por componente curricular de cada etapa de ensino. Lembrando que, as áreas definidas no projeto devem estar alinhadas com competências e habilidades que serão descritas.

Atenção! *Não selecione muitas habilidades para serem trabalhadas no projeto, o importante não é a quantidade, mas sim a qualidade do que será ofertado aos estudantes, uma vez que, as Eletivas são espaços de aprofundamento dos estudos.*



- › **Metodologia:** Definir o caminho que será seguido em toda a execução do projeto desde o planejamento até sua implementação e execução.
- › **Recursos Didáticos:** Listar as ferramentas pedagógicas e/ou tecnológicas que o professor utilizará, bem como os materiais que serão necessários para o desenvolvimento do projeto.
- › **Proposta para a Culminância:** Propor uma apresentação do produto da Eletiva, considerando a temática do projeto, deve expor as competências e habilidades desenvolvidas.
- › **Cronograma:** Apresentar as etapas do projeto com ações e prazos para sua execução (disposição gráfica do tempo), servindo para auxiliar no gerenciamento e controle do tempo e permitindo de forma rápida a visualização de seu andamento.
- › **Resultados Esperados:** Prever quais resultados o professor pretende alcançar com seus estudantes na conclusão do projeto.
- › **Avaliação:** Descrever como será a forma de avaliar o processo, ou seja, o desempenho do estudante, o envolvimento, a responsabilidade e o compromisso com a atividade etc. Se relaciona com qualidade da participação do estudante nos processos de planejamento, execução e avaliação das atividades, envolvimento pessoal e disposição em contribuir com o grupo.
- › **Referências:** Apresentar o conjunto de referências que identificam todas as obras utilizadas e citadas na elaboração e no desenvolvimento do projeto como um todo, no corpo do texto, nas fontes de ilustrações, tabelas, e aquelas pontuadas em notas de rodapé.

→ A Divulgação dos Projetos de Eletivas e o Processo de Escolhas

Inicia-se então o processo de divulgação e de escolha dos projetos (inscrição), esse é o momento de fazer a “propaganda” e esta deverá ser realizada pelos professores durante a semana de inscrição.

É imprescindível que antes desse momento, os professores esclareçam aos estudantes acerca do conceito e dos objetivos dos projetos de Eletivas. Além disso, devem ser pensadas estratégias para a sua divulgação, considerando as distintas condições entre anos escolares/séries. O próximo passo é a escolha das Eletivas. Assim, cada estudante se inscreverá no projeto que mais lhe interessou, chamou atenção e que vá ao encontro das suas necessidades acadêmicas.



→ Culminância

A Culminância é todo o processo que se realizou ao longo do semestre. É importante que nessa organização e divulgação os jovens estejam a frente com apoio e orientação da equipe escolar. Nesse sentido, o protagonismo dos estudantes e a inclusão da comunidade escolar são essenciais. A Culminância não deve ser entendida como espetáculo, como um evento, mas sim um momento de exposição das competências e habilidades que foram ampliadas e fortalecidas para a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Ressalta-se, que nesse momento devem ser evidenciadas as aprendizagens dos estudantes propiciadas pelo desenvolvimento do projeto.

2.3.3.6. Iniciação Científica – Ensino Fundamental

“A tarefa essencial do professor é despertar a alegria de trabalhar e conhecer.”
(Albert Einstein)

A emergente necessidade de atender às novas demandas da sociedade para o século XXI, que se destina a experimentar uma nova revolução, baseada em informação e nos avanços da tecnologia, têm provocado um despertar para a potencialidade da pesquisa como alicerce fundamental à consolidação das práticas de ensino e aprendizagem na educação básica a fim de preparar melhor as crianças e os jovens para mundo repleto de autonomia.

A Base Nacional Comum Curricular/BNCC estabelece competências gerais que direcionam para a formação integral. Assim, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento dessas competências, que consubstanciam no âmbito pedagógico os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Entre elas ressalta-se:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (**Competência 2**)

Inserir Iniciação Científica nos currículos escolares é ampliar as possibilidades dos estudantes a se sentirem desafiados a explicitar curiosidades em todas as áreas do conhecimento, a produzir indagações, a delinear possíveis soluções aos problemas que os levem a construir novos conhecimentos sobre o objeto de estudo em questão. Na concepção de Pedro Demo



também nota-se a importância do trabalho com a pesquisa científica nas escolas, como vemos a seguir.

...ao tratar do desafio de educar pela pesquisa na Educação Básica, propõe uma educação voltada para a formação do sujeito competente, com autonomia intelectual, capacidade de formulação própria. Afirma que a educação pela pesquisa pode e deve ser realizada nas escolas, consagrando o questionamento reconstrutivo. (DEMO; 2003, p. 10)

Nessa perspectiva, a proposta pedagógica para a Iniciação Científica dentro do processo ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental pressupõe um trabalho dinâmico e interdisciplinar, em que os estudantes são os autores, participando ativamente, problematizando, levantando as hipóteses, registrando descobertas, socializando os resultados e avaliando o percurso.

A Iniciação Científica está contemplada na matriz curricular dos Centros de Ensino em Período Integral/CEPIs de Ensino Fundamental – Anos Finais, tem por objetivo promover o ensino por investigação, oportunizando aos estudantes o desenvolvimento do pensamento



<https://arquivopublicors.wordpress.com/>

científico e criativo por meio de perguntas originadas de situações do dia-a-dia e/ou interesse e curiosidade deles. Dessa forma, o conhecimento científico pode ser construído de forma interativa e coletiva com seus pares, considerando o conjunto de vivências, conhecimentos prévios e representações do estudante sobre o mundo. Os benefícios serão evidenciados no desenvolvimento de formas mais elaboradas de pensamento e de capacidades para trabalhar individualmente ou em equipe.

De acordo com Zompero et al. (2018), a iniciação científica apresenta-se como uma alternativa ao ensino tradicional proporcionando aos estudantes a vivência de práticas científicas nas quais os estudantes têm a oportunidade de compreender procedimentos e técnicas próprias dessa área de conhecimento. Nesse sentido, compreende-se que “o aluno engajado no processo de Iniciação Científica torna-se protagonista no processo de formação” (COSTA; ZOMPERO; 2017, p. 15).

Para o estudante a Iniciação Científica, representa uma forma de protagonizar a construção do conhecimento por meio do exercício da criatividade e do raciocínio. A utilização de atividades de pesquisa podem permitir que os estudantes compreendam a natureza da ciência



e assim, os conceitos ensinados em sala de aula podem ganhar mais sentido tornando-os questionadores e construtores de seu próprio conhecimento.

O protagonismo dos estudantes é realçado em produzirem, estudarem e confeccionarem materiais para os seus projetos como uma evidência importante, além de estimular uma aprendizagem autônoma. Nessa perspectiva, o professor exerce um papel fundamental de orientador, nesse percurso de construção do conhecimento exige um novo olhar e uma postura diferenciada diante das situações de ensino e aprendizagem.

A condução do professor na construção do projeto de pesquisa junto aos estudantes começa no diálogo estabelecido com os mesmos pela definição do tema que deseja investigar, ou alguma curiosidade, de discussões de problemáticas que permeiam a comunidade, além é claro se haverá a possibilidade de desenvolver a pesquisa. A partir dessa definição inicia a elaboração e execução do projeto.

→ O que faz o professor orientador?

- › Estimula as discussões e reflexões sobre o tema escolhido pelos estudantes, auxiliando-os em todas as etapas de elaboração e execução do projeto de pesquisa;
- › Provoca reflexões com relação ao contexto social que o cerca, caso os estudantes não tenham se despertado ainda nessas percepções e não consiga definir temáticas as quais desejam pesquisar, o professor pode instigá-los com sugestões. Lembrando que é a turma que vai delinear o foco da pesquisa científica (levantamento do problema e proposição de temática);
- › Orienta, desde a primeira aula, os estudantes de como devem fazer os registros no diário de bordo, leituras e discussões das etapas do projeto até terem condições e repertório para a escrita do projeto;
- › Retoma a escrita do projeto, após coletar os dados para que os estudantes possam realizar as análises desses dados e discussão dos resultados;
- › Socializa, ao final do ano letivo, a pesquisa com a comunidade escolar por meio de artigos científicos, simpósios, produção de material visual, experimentos, oficinas, etc.

→ O que faz o estudante pesquisador?

- › Deve agir criticamente, com senso de realidade, na busca por conhecer seu objeto de pesquisa profundamente. Para tanto, despoja-se de preconceitos, tabus e imposições



de qualquer ordem ou natureza;

- › Procura materiais e meios para aprimorar a sua compreensão;
- › Aprende a analisar rigorosamente as circunstâncias e fenômenos, buscando observarse as conclusões ou afirmações feitas são consistentes, isto é, se resistem a um confronto com os dados;
- › É desafiado a buscar o sentido da prova com um olhar crítico que o conduzirá a um conhecimento fidedigno, fazendo com que se enxergue a realidade como ela é e não como se quer vê-la e como os interesses se impõem.

Enfim, o estudante deverá ser orientado a se opor ao dogmatismo e desenvolver a capacidade de ver e interpretar a realidade diferentemente da indicada pelos esquemas, interesses, valores e conveniências pessoais.

→ Etapas do Projeto de Pesquisa

Analizando uma sugestão...

1. Tema: É uma área de interesse da pesquisa; definição genérica do que se pretende pesquisar.

Exemplo: Água própria para o consumo

2. Problema: O problema de pesquisa é uma pergunta que busca aprofundar um tema selecionado através de uma resposta cientificamente válida. Lembre-se, um problema de pesquisa deve ser preciso e delimitado, pois o desenvolvimento da pesquisa será orientado para encontrar respostas empíricas para o problema.

Exemplo: A Água é própria para o consumo?

Quais são as implicações na escolha do problema?

- › Relevância: teórica e prática
- › Obtenção de novos conhecimentos quer seja apenas por levantamento bibliográfico ou mesmo uma pesquisa exploratória.

3. Hipótese: É uma resposta provável ao problema formulado, indagações a serem verificadas na investigação, afirmações provisórias a respeito de um determinado problema.

Exemplo: Podemos avaliar a qualidade da água através dos parâmetros físico – químicos das amostras, seguindo a metodologia do Manual Prático de Análise da Água (FUNASA) e, em seguida, comparando com os valores recomendados pelas legislações vigentes CONAMA e Ministério da Saúde.

4. Justificativa: Na justificativa deve-se indicar:



- › Relevância da pesquisa: prática e intelectual;
- › Contribuições para compreensão ou solução do problema que poderá advir com a realização de tal pesquisa;
- › Estado da arte, estágio de desenvolvimento do tema proposto, como vem sendo tratado na literatura.

Exemplo: *O consumo de água de qualidade está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico em áreas rurais e é de fundamental importância para a qualidade da vida e da saúde da população, seja na cidade ou no campo.*

- 5. Objetivos:** Os objetivos esclarecem o que é pretendido com a pesquisa e indicam as metas que almejamos alcançar ao final da investigação. Os objetivos são normalmente categorizados em geral e específicos:

- › **Objetivo Geral:** Corresponde a finalidade maior que a pesquisa quer atingir. Deve expressar o que se quer alcançar ao final do projeto (CRUZ; RIBEIRO, 2004).

- › **Objetivos Específicos:** Corresponde às ações que se propõe a executar dentro de um determinado período. Apresentam caráter mais concreto. Tem função intermediária e instrumental, indicando o caminho para se atingir o objetivo geral. (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Os objetivos específicos podem ser articulados em uma lista que se inicia com propostas cognitivas de cunho mais descritivo - como identificar, descrever, sistematizar, caracterizar, indicar, levantar - e se amplia com propostas cognitivas de cunho mais explicativo e interpretativo - como comparar, relacionar, analisar, etc.

Exemplo: *Avaliar a qualidade físico-química da água destinada ao consumo humano e animal em propriedades rurais produtoras de leite. Identificar os critérios, comparar amostras em diferentes épocas e analisar se a água exibe a qualidade ideal.*

- 6. Metodologia:** Na definição de LAVILLE (1999) a metodologia “representa mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas e indica a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”. A metodologia específica como os objetivos estabelecidos serão alcançados.

Assim, é necessário explicar detalhadamente como o trabalho será desenvolvido, etapa por etapa e quem participará de sua pesquisa (definição da população). Explicação sobre o tipo de pesquisa, os procedimentos técnicos, as técnicas que serão utilizadas e como os dados serão tabulados e analisados. Informar também sobre possíveis materiais que serão utilizados e a equipe envolvida.



Exemplo: Atividades in loco e Desenvolvimento de uma estratégia para o uso de vidrarias e equipamentos de proteção no laboratório de química para a verificação da qualidade da água através de um kit específico e que permite uma leitura rápida.

7. Revisão da Literatura: Toda pesquisa parte de alguns referenciais já conhecidos pela comunidade científica. Nesta etapa é que se define os conceitos utilizados e esclarece quais os autores que fundamentam o trabalho. Mesmo numa pesquisa de caráter exploratório, é fundamental que se busque em fontes documentais ou bibliográficas (impressas ou digitais) outras pesquisas semelhantes ou complementares já desenvolvidas. Lembre-se, qualquer fonte consultada deve ser anotada detalhadamente para compor as referências ao final do projeto.

8. Coleta de Dados: Pergunta norteadora: Quais são os dados?) Livros, textos, dados, informações, fontes, experiências, entrevistas, questionário, histórias de vida, artigos, anuários, observações, censos demográficos, dentre outras.

Exemplo: Coletar a amostra usada nos testes com água da principal fonte de abastecimento da região.

9. Quando desenvolverei cada etapa da pesquisa? (Cronograma): Detalhamento do tempo a ser destinado a cada etapa da pesquisa. Descrever pontualmente data de início, data de realização de cada fase e data de conclusão/apresentação dos trabalhos.

Atividade	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Tema/problema e hipóteses	■	■										
Revisão da Literatura			■	■								
Escrita do Projeto					■							
Coleta de dados						■		■				
Análise dos dados coletados e discussão dos resultados									■	■		
Culminância											■	■

Obs.: O Cronograma pode ser ajustado de acordo com a experiência da turma.

10. Análise dos Dados e Discussão dos Resultados: Etapa em que os dados coletados são analisados e contrastados com as hipóteses de trabalho a fim de elaborar uma resposta ao problema de pesquisa. Assim, o produto que resultará dessas análises será um conjunto de relações entre os dados, voltada à formação de sentido e que nos permitirá elaborar uma resposta possível à



questão de investigação. A resposta poderá confirmar a hipótese de trabalho, ou negá-la.

Na discussão final do trabalho registramos algumas considerações que relacionam os resultados obtidos na pesquisa realizada com outros trabalhos já realizados sobre o tema.

11. Onde pesquisei? (Referenciais): Item obrigatório, é o que dará validade aos conceitos, teorias utilizadas. Citar qualquer fonte utilizada no desenvolvimento do trabalho: livros, Internet, CDs, filmes, apostilas, arquivos digitais, artigos de jornais ou revistas, entrevistas.

Portanto, todas as etapas do projeto permitem que os estudantes passem por um processo de aprendizado com metodologias e construção de soluções ou respostas para uma questão, viabilizando a produção do conhecimento.

2.3.3.7. Práticas Experimentais – Ensino Fundamental e Ensino Médio

As Práticas Experimentais não são práticas desarticuladas dos elementos teóricos e conceituais das aulas de Matemática, Física, Química e Biologia, mas, parte indissociável, de forma que teoria e prática se complementem e o estudante se estimule e se excite ao descobrir que entender os fenômenos da natureza é entender a própria essência da vida.

Como componente curricular dos CEPs, com 2h/a semanais sequenciais, as Práticas Experimentais fazem parte do planejamento dos professores das áreas de Ciências e Matemática do Ensino Fundamental – Anos Finais e dos professores da área de Ciências da Natureza do Ensino Médio que encontram-se modulados para esse fim. O propósito é ampliar as oportunidades de aprendizagem por intermédio da experimentação – prática cuja importância é inquestionável no ensino das Ciências da Natureza e da Matemática, devendo ocupar lugar destacado na sua condução. Elas existem para que os estudantes vivam a experiência daquilo que a teoria não é capaz de demonstrar.



<https://pt.vecteezy.com/>

A ideia da prática experimental é fundamentar a construção de uma visão científica por parte do estudante, como uma forma de entender e explicar as leis, fatos e fenômenos da natureza relacionados principalmente ao seu dia a dia. O processo pedagógico fundamenta-se em investigação, demonstração e experimentação, privilegiando a participação ativa de todos



os estudantes e a interdisciplinaridade.

O processo de ensino aprendizagem para o século XXI é um desafio, pois além de oferecer o conhecimento, essa aprendizagem tem que ser interessante para o estudante e chamar sua atenção, agregar algo além do livro didático e dos roteiros de aula que já vem prontos.

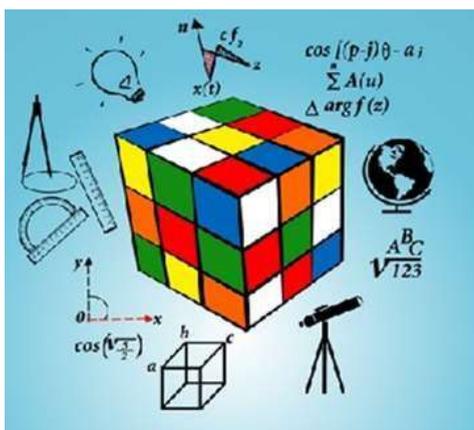
Segundo Bacich e Moran (2018, prefácio):

Os estudantes do século XXI, inseridos em uma sociedade do conhecimento, demandam um olhar do educador focado na compreensão dos processos de aprendizagem e na promoção desses processos por meio de uma nova concepção de como eles ocorrem, independentemente de quem é o sujeito e das suas condições circundantes. No mundo atual, marcado pela aceleração e pela transitoriedade das informações, o centro das atenções passa a ser o sujeito que aprende, a despeito da diversidade e da multiplicidade dos elementos envolvidos nesse processo.

Historicamente a melhoria da qualidade do ensino está relacionada a atividades experimentais e é fato que as atividades experimentais é uma das metodologias que pode ser usada para alcançar uma aprendizagem significativa, contudo a maneira que o professor irá planejar e conduzir essa aula é que consolida o processo de ensino-aprendizagem. Lorenzetti e Delizoicov (2001, p. 40), afirmam:

Para que as atividades práticas experimentais tenham sucesso é necessário que o professor se veja como orientador, mediador e assessor do processo, promotor da motivação e com atuação no sentido de salientar aspectos que não tenham sido observados pelo grupo de alunos. Neste sentido, o professor ao trabalhar com atividades experimentais deve oferecer condições para que os alunos possam levantar e testar suas ideias e suposições sobre os fenômenos científicos que ocorrem em seu mundo e se sintam protagonista de sua própria construção.

As pesquisas de ensino em Ciências da Natureza e da Matemática defendem a



importância de uma proposta de instrução comprometida com o caráter exploratório, investigativo e com a formação do cidadão crítico. A experimentação deixa de ser mera reprodução e o estudante passa por uma atitude reflexiva para a resolução do problema inicial (CARVALHO et. al., 1999). Entende-se, assim, a necessidade de transpor o caráter de transmissão dos conteúdos meramente conceituais e investir numa concepção de ensino que trabalhe com aspectos próprios

<http://multirio.rio.rj.gov.br>



do fazer científico, favorecendo a construção desses conceitos. (AULER; DELIZOICOV, 2001; SASSERON; CARVALHO, 2008, 2011; MUNFORD 2007, 2015; CARVALHO, 2013; TEIXEIRA, 2013).

Sendo assim, os objetivos do componente curricular Práticas Experimentais são:

- › Permitir a apropriação de noções científicas aliando a teoria com a prática.
- › Ampliar experiências no conhecimento crítico e científico.
- › Desenvolver habilidades de todas as áreas para conhecimento de regras, leis, práticas de experimentos, observação, relatos, pensamento lógico e reflexivo.
- › Entender que ciência NÃO é um conjunto acabado e estático de verdades definitivas.
- › Fomentar no CEPI a participação dos estudantes em Olimpíadas, Semana Científicas, Feiras de Ciências entre outras.

As Práticas Experimentais são relevantes para o processo ensino- aprendizagem, para isso faz-se necessário que sejam planejadas de forma articulada com o Núcleo Básico Comum e que atendam a expectativa dos estudantes, pois é um meio de atingir a criatividade, senso crítico, empatia, autoestima entre outras competências para o século XXI. Além disso, possui característica interdisciplinar, proporcionando desenvolvimento integral, dinâmico e globalizado, superando a visão de ciência compartimentalizada, ou seja, isolada em relação a outros conhecimentos do mundo e da vida.

Cabe ressaltar, sobre a importância dos estudantes realizarem os registros do que foi trabalhado nas aulas e o que foi apreendido, por meio de relatórios e/ou diários de bordo, onde poderá analisar a situação, identificar aspectos relevantes e secundários, elaborar uma explicação acerca da mesma, descobrir implicações e estabelecer suas inter-relações.

As Práticas Experimentais não são atividades esporádicas, devem fazer parte do horário de aula do CEPI, para isso, é orientado que seja realizado um



Fonte: Grupo Educacional Ceuma

rodízio entre Ciências e Matemática no Ensino Fundamental – Anos Finais e entre Biologia, Física e Química no Ensino Médio, com a intenção de ampliar as possibilidades aos estudantes de assimilar os conceitos tratados nas aulas.

Segue abaixo, sugestões de horário para realização do **rodízio** entre os componentes curriculares do Núcleo Básico Comum que compõem as aulas de Práticas Experimentais.



Sugestões de Rodízio – Ensino Fundamental

1ª Semana / Mês			
6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Prática Experimental de Ciências (2 aulas)	Prática Experimental de Matemática (2 aulas)	Prática Experimental de Ciências (2 aulas)	Prática Experimental de Matemática (2 aulas)
2ª Semana / Mês			
6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Prática Experimental de Matemática (2 aulas)	Prática Experimental de Ciências (2 aulas)	Prática Experimental de Matemática (2 aulas)	Prática Experimental de Ciências (2 aulas)

Sugestões de Rodízio – Ensino Médio

1ª Semana / Mês		
1ª série	2ª série	3ª série
Prática Experimental de Biologia (2 aulas)	Prática Experimental de Física (2 aulas)	Prática Experimental de Química (2 aulas)
2ª Semana / Mês		
1ª série	2ª série	3ª série
Prática Experimental de Química (2 aulas)	Prática Experimental de Biologia (2 aulas)	Prática Experimental de Física (2 aulas)
3ª Semana / Mês		
1ª série	2ª série	3ª série
Prática Experimental de Física (2 aulas)	Prática Experimental de Química (2 aulas)	Prática Experimental de Biologia (2 aulas)



2.3.3.8. Preparação Pós-Médio – Ensino Médio

O componente curricular Preparação Pós-Médio tem por finalidade incentivar e instruir nossos estudantes acerca de suas possibilidades perante seu Projeto de Vida. Assim, o objetivo é apoiar os estudantes do Ensino Médio naquilo que é o seu foco, seja o ingresso à universidade ou a inserção no mundo do trabalho, numa ação que complemente a sua formação acadêmica.

Na Preparação Pós-Médio os professores elaboram a cada semana os Aulões interdisciplinares, de modo a favorecer a compreensão dos estudantes no marco lógico-conceitual adotado nas avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM.

As aulas devem abordar também acerca dos seguintes temas:

- › O **ingresso na universidade**, os principais cursos universitários existentes no país, seus sistemas de avaliação e dicas para o estudante se dar bem nas provas;
- › Informações sobre os **cursos do ensino técnico** e os cursos superiores tecnológicos como uma das possibilidades de acesso mais rápido ao mercado de trabalho;
- › A **carreira militar** nas Forças Armadas, seja na Aeronáutica, no Exército ou na Marinha, oferece oportunidades de inserção no mundo do trabalho e de ascensão profissional qualificada entre os postos de combate (armas), chefia (intendência) e especialização técnica (quadros);
- › A **educação empreendedora** e o perfil do empreendedor, principais tipos de empresas e seus setores, conceitos gerais de administração;
- › As exigências do **mercado de trabalho**, o primeiro currículo, atitudes para não se conseguir um emprego; empregabilidade e trabalhabilidade: palavras-chave da esfera produtiva do século XXI.

3. METODOLOGIAS

A dinâmica escolar dos CEPIS é caracterizada pela riqueza e variedade de possibilidades que oportunizam a vivência, a interação e o compartilhamento de experiências com vistas a favorecer ao adolescente e ao jovem a apropriação dos diversos conhecimentos para o seu desenvolvimento – elementos fundamentais para a sua formação integral.

Sendo assim, é necessário considerarmos que todos os tempos e espaços devem ter uma intenção pedagógica clara e que todos os momentos devem promover aprendizagens significativas. A jornada diária do estudante no CEPI conta além dos componentes curriculares com metodologias que favorecem o desenvolvimento de habilidades e competências para que



se tornem estudantes autônomos, solidários e competentes. Essas metodologias devem ser asseguradas para que sejam realizadas com frequência periódica, não sendo eventos esporádicos, mas sim, comuns e que se fazem presentes na vida escolar dos estudantes.

3.1. ACOLHIMENTO

É uma metodologia desenvolvida pelo CEPI que objetiva consolidar, por intermédio de um conjunto de atividades, a mensagem de que acolher, receber e aceitar as pessoas, sejam elas os Estudantes, a Equipe Escolar ou os Pais e Responsáveis, é parte indissociável da Proposta de Educação Integral em Tempo Integral e elemento fundamental para o seu desenvolvimento de todo o processo educativo.

Além de ser uma metodologia que visa receber, atender e acolher bem todas as pessoas que adentram o ambiente escolar durante todo o ano, o Acolhimento tem como proposta para o primeiro dia de aula uma atividade destinada aos estudantes que estão ingressando na escola. O objetivo dessa atividade é dar boas-vindas aos estudantes, apresentar o modelo de educação integral e efetuar, por meio do diálogo, a troca de experiências entre os veteranos e os recém-chegados, garantindo, assim, a integração de todos, podendo utilizar dinâmicas, vídeos para reflexão e trabalhos em equipe. Todas essas propostas de atividades são fundamentadas nos Quatro Pilares da Educação e na Pedagogia da Presença.

O Acolhimento deve levar em conta não só a acolhida dos estudantes, mas também dos servidores, das famílias e dos visitantes, pois a qualidade no ato de acolher contribui com a visão que se tem do trabalho realizado pelo CEPI, no sentido de construir boas referências sobre seu papel no processo de ensino-aprendizagem. São realizados quatro tipos de Acolhimento:

3.1.1. Acolhimento da Equipe Escolar

O Acolhimento se realiza na abertura do ano letivo. Ele ocorre durante a manhã do primeiro dia do Acolhimento e é realizado pelos Jovens Protagonistas, na própria escola e deve ter a presença de toda a Equipe Escolar: equipe gestora, professores e demais profissionais. É momento de reflexão sobre a importância de estarem ali, envolvidos e comprometidos, sendo esse projeto escolar parte do seu próprio Projeto de Vida.

É no Acolhimento que todos os integrantes da Equipe Escolar falam sobre suas expectativas diante dos desafios para o ano letivo, refletindo sobre a necessidade de não apenas compreenderem a Proposta de Educação Integral em Tempo Integral, mas efetivamente refletindo sobre aceitá-la, assumindo a corresponsabilidade pela sua execução.



Assim como no Acolhimento dos Estudantes, a partir do segundo ano de funcionamento do CEPI, o Acolhimento da Equipe Escolar é realizado por uma Equipe de Protagonistas Acolhedores composta pelos estudantes da própria escola e estudantes que tenham concluído o ano anterior.

O que é?	O que não é?
<ul style="list-style-type: none"> › Momento de integração da Equipe Escolar a favor do novo projeto escolar; › Momento de reflexão sobre a importância de estarem ali, envolvidos e comprometidos com a realização dos Projetos de Vida dos estudantes e sobre os mecanismos necessários para sua contribuição, no plano coletivo e individual. 	<ul style="list-style-type: none"> › Reunião para informes gerais sobre a escola; › Momento para discussão sobre as dificuldades de trabalho ou problemas da educação em geral.

3.1.2. Acolhimento dos Pais e Responsáveis

A presença dos Pais e Responsáveis no primeiro momento de um novo ano letivo é muito importante para o entendimento de que todos fazem parte e são fundamentais na escola. Para isso, Pais e Responsáveis precisam ser envolvidos num clima de receptividade, segurança, cuidado e afeto.

Os Pais e Responsáveis viabilizam e potencializam a aprendizagem dos estudantes quando entendem os objetivos educativos da escola e se tornam seus parceiros. Assim como a escola, a família possui um contexto de conhecimentos, atividades, regras e valores aprendidos. Por isso, é importante que cada uma das partes tenha clareza sobre as suas funções no processo de desenvolvimento destas. Os Pais e Responsáveis não são responsáveis pela realização das atividades, mas por criar condições para que eles realizem, estimulando e demonstrando interesse por suas conquistas, bem como preocupações por suas dificuldades. O Acolhimento é um bom momento para esse compartilhamento.

Diante disso, no Acolhimento é realizada a orientação aos Pais e Responsáveis quanto à importância dos mecanismos de apoio e acompanhamento do desenvolvimento dos seus



filhos, bem como sobre como podem prover meios, estimular e orientar estudantes no estabelecimento de sua rotina e condições de estudos. Neste encontro eles são estimulados a refletir por meio da experiência dos Jovens Protagonistas sobre a importância de confiar, apoiar e inspirar os seus filhos em relação aos seus sonhos e desejos de realização.

3.1.3. Acolhimento dos Estudantes

Abertura do Ano Letivo – É MARCO ZERO DO PROJETO DE VIDA!

O Acolhimento é um marco na vida dos estudantes que ingressam no CEPI porque demonstra, desde os primeiros dias do ano letivo, a importância de cada pessoa no processo de construção, autodesenvolvimento e de realização do seu Projeto de Vida, além de garantir a troca de experiências e integração entre todos da escola. É por meio dele que toda Equipe Escolar tem contato com os primeiros registros dos sonhos dos estudantes.

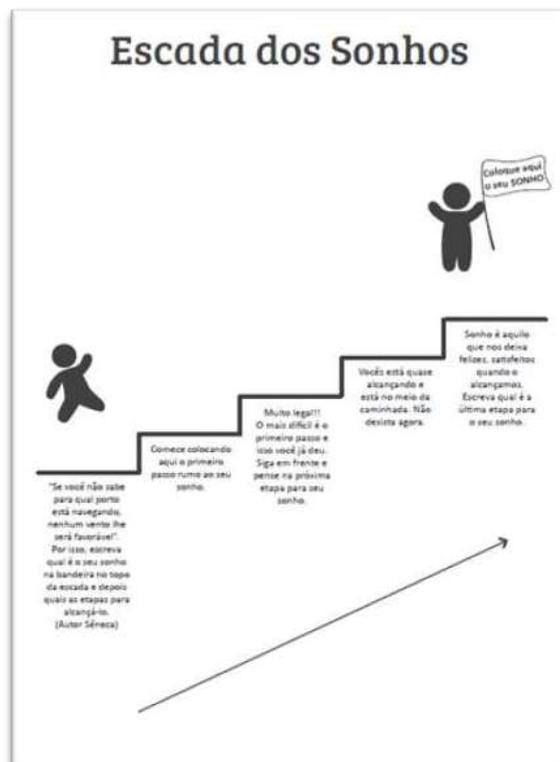
É marcado pela chegada de todos os estudantes na escola e pela sua introdução em uma nova realidade que será permanentemente alimentada pela sua presença como sendo a razão pela qual toda a equipe escolar trabalhará. Dessa forma, o Acolhimento é uma excelente oportunidade para estimular os estudantes a identificarem o ambiente como a “Escola dos Sonhos” da qual todos fazem parte e a constroem juntos. Por isso, é realizado de forma planejada, intencional e fundamentado no princípio da Pedagogia da Presença.

Nos primeiros dias, durante a semana de Acolhimento, os estudantes devem estar motivados diante da sua nova escola e dos novos professores, o que será possível a partir de um acolhimento prazeroso e vivo que oportunizará a criação de vínculos afirmativos. Nesse momento são desenvolvidas diversas atividades organizadas e conduzidas pelos estudantes egressos e/ou estudantes veteranos com o apoio do coordenador do núcleo diversificado, que geram como produto registros dos sonhos e expectativas em torno da sua realização. É por meio da sistematização desses registros que o CEPI traça as suas principais metas de trabalho para o ano letivo, fazendo com que o projeto escolar esteja alinhado aos projetos de vida dos estudantes.

Após a organização e realização das atividades nas diferentes turmas, cada uma sistematiza a proposta (dramatizações, coreografias etc) desenvolvida para serem apresentadas, expressando de forma lúdica os conceitos e experiências adquiridos durante as atividades propostas. A finalização desse trabalho é denominada Culminância, onde cada turma prepara um produto que esteja relacionado ao conteúdo que foi assimilado dentro da sala de aula, e expõem para os demais estudantes e para toda a equipe educacional por meio de apresentações.



Uma das atividades desenvolvidas no Acolhimento dos Estudantes é o **Varal dos Sonhos**, onde são levados a refletirem sobre seus sonhos e incentivados a traçar pequenas metas rumo ao sonho.



Fonte: ICE. 2019

“Varal dos Sonhos” – A construção do Varal dos Sonhos é um momento bastante lúdico com os estudantes, pois é através dos desenhos e pinturas que muitos sentimentos serão revelados. Vale ressaltar que a exposição desses sonhos no varal deve ser um momento respeitoso entre todos, pois, o SONHO é imensurável para cada um de nós.

3.1.4. Acolhimento Diário

Os conceitos presentes no Acolhimento realizado no início do ano se estendem para o cotidiano escolar por meio do Acolhimento diário e deve ser entendido como algo muito além do ato de receber os estudantes na porta de entrada do CEPI porque deve ser realizado de forma planejada, intencional e fundamentado nos princípios da Pedagogia da Presença, visto que, é preciso acolher bem qualquer pessoa que adentre a unidade escolar.



O Acolhimento é realizado como oportunidade para comunicar aos estudantes que são bem-vindos para aquele dia na escola, e o fazem por intermédio da troca de pequenos gestos, porém fundamentais, tais como:

- › O sorriso que acolhe;
- › O bom dia verdadeiro;
- › O olhar atento;
- › A busca pela compreensão de possíveis problemas;
- › A percepção de que algum estudante chegou de maneira diferente do usual para a jornada escolar.

O Acolhimento é uma metodologia que precisa ser vivenciada não só no primeiro dia de aula, mas em todos os momentos do ano letivo, por toda equipe escolar.

3.2. TUTORIA

A Tutoria é uma das metodologias que compõem a Proposta de Pedagógica dos CEPIS, a qual se caracteriza pelo atendimento e acompanhamento dos estudantes em sua formação integral, tendo em vista seu pleno desenvolvimento nas atividades promovidas pelos CEPIS. Assim, a Tutoria é orientada pelos princípios dos Quatro Pilares da Educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser), do Protagonismo Juvenil, da Formação Integral e da Pedagogia da Presença.

No que se refere ao Princípio da Pedagogia da Presença, os professores devem se fazer presentes na vida dos estudantes em todos os tempos e espaços da escola, tendo como referências seu papel de acolher os mesmos e mediar à construção de seu conhecimento, a missão da escola e as responsabilidades da Tutoria.

Dessa forma, a Tutoria desempenha um papel primordial para o êxito acadêmico dos estudantes. Entende-se que o **Tutor** deverá estabelecer uma relação de confiança com os estudantes e demonstrar disponibilidade e compromisso com os seus **Tutorados**. Para assim, trabalhar com eles a partir de suas potencialidades, levando em consideração o desenvolvimento do Protagonismo Juvenil. Daí a importância e a pertinência da Tutoria, por meio da qual o professor tem a oportunidade de acompanhar e estimular os estudantes na conquista do seu progresso pessoal e acadêmico.

O trabalho de Tutoria é muito mais amplo do que a busca de melhores resultados escolares e o apoio para alcançá-los. Como autêntico apoio na construção do Projeto de Vida do estudante (no caso do Ensino Médio), cabe ao Tutor auxiliá-lo a descobrir as direções que



quer tomar e a fazer o necessário para concretizar suas intenções em cada etapa de seu desenvolvimento.

A Tutoria torna possível ao estudante ampliar a visão que ele tem de si mesmo, do mundo, das oportunidades, das estratégias e possibilidades para tomar em suas mãos o protagonismo da construção do projeto da sua própria vida.

Na prática, a Tutoria é um método para realizar uma interação pedagógica em que o Tutor acompanha e se comunica com os estudantes de forma sistemática, planejando seu desenvolvimento e avaliando a eficiência de suas orientações de modo a resolver problemas que possam ocorrer durante o processo educativo com vistas ao desenvolvimento do Projeto de Vida nos âmbitos:

- › **Orientação Pessoal:** para proporcionar uma formação integral e facilitar seu autoconhecimento, sua adaptação e a tomada de decisões, apoiar e orientar as mudanças advindas da evolução do seu Projeto de Vida.
- › **Orientação Escolar ou Acadêmica:** para apoiar a superar as dificuldades quanto a hábitos e métodos de estudo inadequados ou ineficientes, necessidade de integração com o grupo, mediação junto aos professores etc.
- › **Orientação Profissional:** para apoiar no processo de autoconhecimento diante das opções de estudos e oportunidades existentes no âmbito profissional; favorecer escolhas acadêmicas e profissionais coerentes com sua personalidade, suas aptidões e seus interesses.

Desta forma, é importante o professor Tutor manter registro, de seus acompanhamentos junto ao seu tutorado para que seja possível realizar uma análise das competências e habilidades que estão sendo desenvolvidas fundamentadas nos Quatro Pilares da Educação e nas Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular, com o objetivo de levar o seu Tutorado a refletir sobre suas escolhas e o modo de “ver o mundo” e de “se ver no mundo” como um agente transformador e participativo da sociedade em que vive.

A Tutoria, assim como as demais metodologias, não demanda tempo específico na matriz curricular, o Tutorando e o seu Tutor tem a possibilidade de escolher um horário que melhor se ajuste a ambos, dependendo de suas demandas. É importante assegurar que o estudante possa escolher o professor que deseja para ser o seu Tutor, estabelecendo uma relação de confiança e compromisso entre eles.

A Superintendência de Educação Integral sugere um modelo de ficha para esse acompanhamento, conforme imagem abaixo:



FICHA DE ACOMPANHAMENTO – TUTORIA/2021			
TUTOR:			
1. Identificação			
Tutor(a)		Série/Turma	
Instituição Científica (IC)			
Projeto de Vida (P.V.)			
Projeto de Escola 1º Bimestre		Projeto de Escola 2º Bimestre	
1º 1º Bimestre		1º 2º Bimestre	
Relatar o desenvolvimento dos estudantes no que se refere às competências a serem desenvolvidas a cada atendimento:			
Competência Pessoal Aprender a SER	Competência Social-Relacional Aprender a CONVIVER	Competência Cognitiva Aprender a CONHECER	Competência Produtiva Aprender a FAZER
Relato	Orientações / Combinados		Data / Assinatura do estudante
REGISTRO DE DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO			
Componentes Curriculares	Bimestre	Direcionamentos para o Estudo Orientado	Data / Assinatura do estudante

Fonte: Arquivo SUPEI

3.3. AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Essa metodologia perpassa pelos princípios e premissas da Proposta Pedagógica dos CEPs, propiciando aos estudantes a vivência do protagonismo sendo corresponsáveis por esses ambientes na escola e fazendo parte da construção da sua própria aprendizagem. Nessa concepção, totalmente diferente dos padrões usuais, os estudantes podem experimentar uma proposta com mais riqueza de possibilidades e atividades que vão estimular o seu senso crítico, sua capacidade de investigação e a criatividade.

Com as salas de aulas organizadas de acordo com a característica de cada componente curricular ou área do conhecimento, o local se torna um ambiente mais funcional ao desenvolvimento das aulas e mais atrativo ao aprendizado, além de otimizar o uso do tempo da aula, já que não seria necessário carregar nenhum material. O essencial é estruturar um planejamento que seja eficaz por meio de um ambiente propício à aprendizagem com materiais necessários para a ilustração e enriquecimento das aulas, que venha estimular a curiosidade e facilitar a aprendizagem.

Os ambientes de aprendizagem promovem oportunidades e mudanças das práticas pedagógicas, onde a educação escolar seja valorizada pelos estudantes, melhorando a relação dos estudantes com a escola e professores.

Uma sala de aula na qual dispõem-se recursos didático-pedagógicos que atendam um fim educacional específico. A ideia é fazer o aluno interagir com uma maior diversidade de recursos e materiais pedagógicos e ter mais



condições de estabelecer uma relação entre o conhecimento escolar, a sua vida e o mundo. Além disso, o conceito de Sala Ambiente considera que o quadro de giz não é único recurso válido no processo de ensino-aprendizagem na forma presencial. (MENEZES; SANTOS; 2002).

Dessa forma, a Proposta Pedagógica dos CEPIs propõe-se formar sujeitos que construam sentido para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza na escola precisa contribuir para essa formação. Assim, os Ambientes de Aprendizagem visa despertar a reflexão e o entendimento quanto à utilização dessa metodologia dentro dos CEPIs.

Nesse sentido, os Ambientes de Aprendizagem devem facilitar a troca de aprendizagens contínuas, oportunizando aos estudantes e professores espaços que podem ser mudados de acordo com as necessidades e objetivos do momento, o que nem sempre é igual para todos os componentes e professores. Cabe ressaltar que, outros espaços escolares, que não sejam as salas de aula, também podem ser pensados e planejados para esse fim.

A organização dos espaços por meio dos Ambientes de Aprendizagem, se torna uma metodologia importante na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem para os CEPIs, pois cada sala de aula passa a contar com os materiais necessários, por componente curricular e/ou área do conhecimento, o que auxiliará no enriquecimento das aulas. Nesse caso, os professores terão os materiais em suas próprias salas, não tendo que se deslocarem para procurar e/ou pegar os materiais, ganhando tempo. Nessa opção de disposição do espaço, são os estudantes que se deslocam pela escola, de uma sala para outra, e não o professor.

3.4. CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

O Conselho de Classe Participativo é uma metodologia dentro da Proposta Pedagógica dos CEPIs que tem como objetivo ouvir os estudantes por meio do *Pré-Conselho de Classe*, sendo este um dos momentos que possibilita a reflexão acerca dos avanços e retrocessos vivenciados no CEPI, no que diz respeito a Proposta de Educação Integral em Tempo Integral e ao desenvolvimento de habilidades e competências por parte dos estudantes e, para potencializar essa reflexão utiliza-se as *Fichas de Participação dos Estudantes*, compostas por um questionário estruturado a ser respondido pelos estudantes sob a coordenação do Líder de Turma.



As *Fichas de Participação dos Estudantes* foram criadas com intuito de obter informações sobre a visão dos estudantes a respeito do processo educativo desenvolvido na unidade escolar e, também, sobre suas atuações enquanto corresponsáveis pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem ofertado. Desta forma está sendo possibilitado a eles a vivência das premissas da corresponsabilidade e do protagonismo juvenil. Ressalta-se que esses modelos de fichas são sugestões, portanto, caso os CEPIs queiram incluir e/ou retirar informações ficará a critério da Equipe Gestora, o que não pode é deixar de usá-la, visto que faz parte dessa Metodologia. São elas:

- › Ficha de Participação dos Estudantes – Ensino Fundamental / Anos Finais
- › Ficha de Participação dos Estudantes – Ensino Médio

FICHA DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES – CONSELHO DE CLASSE/1º BIMESTRE
ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

Centro de Ensino em Período Integral _____

Líder da Turma: _____

Data: ____/____/____ Ano Escolar/Turma: _____

Esta ficha será apresentada no Conselho de Classe realizado no dia: ____/____/____

Caro Líder de Turma, a discussão e o preenchimento dessa Ficha é de fundamental importância, pois possibilitará um momento de reflexão acerca do processo educativo desenvolvido na Unidade Escolar e da atuação dos estudantes enquanto corresponsáveis pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem ofertado durante o bimestre no Centro de Ensino em Período Integral.

1- Leia e discuta as questões para a turma e preencha o quadro relativo a cada Componente Curricular utilizando a seguinte legenda:

1. Sempre 2. Às vezes 3. Nunca

Para a efetivação do Conselho de Classe Participativo orienta-se os seguintes passos:

→ **Pré-Conselho de Classe**

- › Reunião do Gestor com os Líderes de Turma, na qual o coordenador pedagógico participa com uma pauta para orientar os Líderes sobre o objetivo e o preenchimento das *Fichas de Participação dos Estudantes*.
- › O coordenador pedagógico estabelece com os Líderes de Turma o dia e horário (em média uma aula) para acontecer o *Pré-Conselho de Classe* nas turmas, momento em que as *Fichas de Participação dos Estudantes* serão preenchidas.



- › Os Líderes de Turma, em suas respectivas turmas, conduzem toda discussão a partir da leitura do questionário proposto e preenchem as fichas. Esse momento é uma oportunidade pedagógica para os estudantes vivenciarem o princípio da autonomia, da solidariedade e da competência.

Obs.: Nas turmas de Ensino Fundamental – Anos Finais a Coordenação Pedagógica e/ou o Gestor devem estar presentes, no entanto, não interferem.

- › Após o preenchimento das *Fichas de Participação dos Estudantes*, o coordenador pedagógico deve fazer, junto ao Gestor, uma análise das mesmas. Essa análise deve ser repassada e discutida no momento do Conselho de Classe. Após os encaminhamentos oriundos dessa discussão, é necessário fazer a devolutiva aos Líderes de Turma durante uma das reuniões mensais que o Gestor faz com os mesmos.

→ Execução do Conselho de Classe

- › No período matutino deve-se realizar a socialização e a análise dos resultados acadêmicos dos estudantes, visando uma avaliação qualitativa e quantitativa, com vistas a definir estratégias coletivas e individuais para o acompanhamento e assessoramento pedagógico, considerando:
 - a) Os dados do Acompanhamento Estatístico e Pedagógico fornecidos pelos Relatórios Bimestrais do Sistema Administrativo e Pedagógico/SIAP (responsabilidade das Coordenações de Área)
 - b) Médias por Áreas de Conhecimento
 - c) Resultados globais apresentados por cada turma
 - d) Resultados individuais dos estudantes por Componente Curricular
- › No período vespertino deve ser apresentada pela Coordenação Pedagógica a análise das *Fichas de Participação dos Estudantes* à equipe educacional, visando à apropriação de alinhamentos necessários à melhoria dos processos de gestão e pedagógico, bem como, do desempenho acadêmico dos estudantes.

3.5. NIVELAMENTO

O Nivelamento é uma metodologia do Programa Educação Plena e Integral que tem como finalidade propiciar a equidade e a igualdade nas oportunidades de aprendizagens ofertadas nos Centros de Ensino em Período Integral, pois considera os diferentes processos de aprendizagens do estudante e envolve a tentativa de entender e fornecer a ele o que precisa para



que seu desempenho acadêmico seja fortalecido com qualidade, reconhecendo o direito de aprender a todos os estudantes. Sendo assim, o processo de Nivelamento, nesse momento, deve oportunizar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades básicas não desenvolvidas no ano escolar/série anterior e que são necessárias para o acompanhamento da série em curso.

O Nivelamento visa oportunizar a todos os estudantes o direito de aprender, diminuir as desigualdades existentes, tornando o processo de aprendizagem mais democrático e acessível. Para tanto, é necessário a clareza e entendimento, por parte da equipe escolar quanto ao processo de nivelamento no CEPI.

Faz-se necessário que os estudantes e as famílias também entendam a importância do Nivelamento, bem como, os objetivos e a maneira que ele se desenvolverá no CEPI. Para que o Nivelamento tenha êxito e impacto nas aprendizagens dos estudantes e no fazer pedagógico da escola, todos precisam se sentir corresponsáveis nesse processo.

3.5.1. Etapas do Nivelamento

O Nivelamento está estruturado em 03 (três) etapas:

› 1ª Etapa – Mapeamento das Habilidades Básicas

Para se pensar em avaliação diagnóstica, é essencial conhecer e compreender o currículo da rede. Por isso, é importante ter um olhar sobre o currículo, de maneira mais ampla, entendendo como ele está delineado e qual o conjunto de habilidades que potencialmente o estudante precisará desenvolver. Dessa forma, a coordenação pedagógica e as coordenações de área irão analisar as habilidades básicas propostas no currículo da rede. Após a análise do currículo:

- As coordenações de área junto com os professores selecionam as habilidades: aquelas que são essenciais para o desenvolvimento das habilidades propostas no currículo, ou seja, da série/ano anterior ao que o estudante está cursando;
- Após o mapeamento e seleção das habilidades, as coordenações de área precisam orientar os professores a elaborarem a avaliação e/ou atividades diagnósticas de modo que contemplem essas habilidades selecionadas;
- Faz-se necessário o apoio e acompanhamento da coordenação pedagógica nessa etapa.

› 2ª Etapa – Avaliação Diagnóstica

Nessa etapa os professores desenham os instrumentos a serem utilizados para o diagnóstico, aplicam e analisam os resultados. A partir desses resultados:



- A coordenação pedagógica analisa os resultados juntamente com as coordenações de área e coordenação do núcleo diversificado e elabora o Plano de Trabalho da Escola propondo estratégias que possibilitem a superação das lacunas de aprendizagem apresentadas. O Gestor precisa participar dessa análise dos resultados;
- As coordenações de área analisam os resultados de cada turma junto aos professores, orientando-os na elaboração do Plano de Nivelamento, definindo estratégias e recursos didáticos que atendam às necessidades da turma e de cada estudante.

› 3ª Etapa – Elaboração e Execução do Plano de Nivelamento

Cada professor elaborará o seu Plano de Nivelamento de acordo com as necessidades dos estudantes e a realidade de cada turma. É importante considerar a variabilidade didática para oportunizar as aprendizagens essenciais a cada estudante. Caberá ao docente refletir sobre diferentes ferramentas, atividades e recursos que propiciem o desenvolvimento de toda a turma, tais como:

- Sequências Didáticas;
- Recursos audiovisuais;
- Seminários;
- Produções de textos, entre outros.

Atenção!

Espaço e Tempo para Execução do Plano de Nivelamento

Para realização das Atividades de Nivelamento, as coordenações devem fortalecer a articulação entre o Núcleo Básico Comum e o Núcleo Diversificado a fim de que essas atividades sejam elaboradas e desenvolvidas de forma integrada, contemplando as aulas dos componentes curriculares do Núcleo Básico Comum e do Núcleo Diversificado. Essa organização de tempos e espaços para execução do Plano de Nivelamento deverá estar contemplada no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Ação do CEPI.

A quantidade de aulas previstas para realização do Nivelamento vai variar de acordo com as necessidades apresentadas pelos estudantes em cada componente curricular (organização da escola). Relembrando que o processo de Nivelamento acontece de forma



concomitante com o desenvolvimento do currículo do ano escolar/série que os estudantes estão cursando. Assim, as coordenações precisam estar bem alinhadas e articuladas para orientar e acompanhar os professores, durante a execução do Plano de Nivelamento de modo que as desigualdades nos níveis de desenvolvimento dos estudantes sejam minimizadas.

Logo do CEPI			Superintendência de Educação Integral	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	GOIÁS
PLANO DE NIVELAMENTO CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL					
CEPI: Gestor(a): Coordenador(a) Pedagógico(a):		CRE: Município:		Período:	
Ações de Intervenção					
Habilidades ou Expectativas de Aprendizagem Essenciais (lacunas detectadas nas atividades diagnósticas)	ano escolar/série	Ações de Intervenção (Estratégias, Metodologias e Componentes Curriculares envolvidos em cada ação)			
Encaminhamentos após término do Nivelamento					
Avaliação e revisão de todo o processo					
Ações Efetivas			Pontos de Melhoria		

› 4ª Etapa – Avaliação dos Resultados do Nivelamento

Após a execução do Plano de Nivelamento:

- O professor de cada componente curricular analisa os resultados e avalia os avanços obtidos, planejando estratégias a serem desenvolvidas, no decorrer do ano letivo para minimizar as lacunas de aprendizagem que não foram sanadas;
- As coordenações de área analisam os resultados da área e avaliam os avanços. Esse resultado servirá para o redirecionamento das orientações e do acompanhamento pedagógico junto aos professores, no decorrer do ano letivo;
- A coordenação pedagógica e a gestão consolidam resultados e os analisam com a finalidade de verificar se tais resultados geram e/ou alteram estratégias propostas no Plano de Ação;
- A coordenação do Núcleo Diversificado juntamente com a coordenação pedagógica analisam esses resultados objetivando planejar os



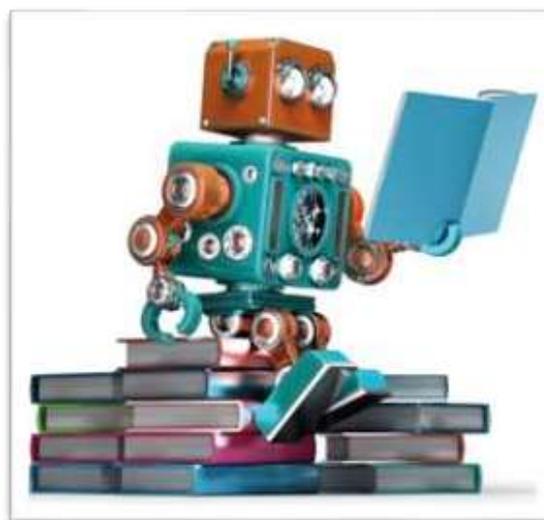
redirecionamentos e orientação quanto aos componentes curriculares do Núcleo Diversificado.

Enfatizamos ainda que o Nivelamento deve ser oportunizado aos estudantes em todos os componentes curriculares a fim de minimizar as lacunas de aprendizagem deles, portanto não se deve priorizar somente Língua Portuguesa e Matemática. Para auxiliar os CEPIS, a Superintendência de Educação Integral sugere um Modelo de Plano de Nivelamento (conforme imagem acima) onde possibilita a corresponsabilidade de toda equipe escolar com o processo de Nivelamento, elencando as estratégias, as ações e os componentes curriculares envolvidos para minimizar as lacunas de aprendizagem verificadas no processo de diagnóstico.

3.6. ROBÓTICA EDUCACIONAL

Nos CEPIS a Robótica Educacional é vista como um dos pilares da educação moderna e alinhada com os princípios Base Nacional Comum Curricular/BNCC que estabelece competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes que agora passam a ter um papel de centro do processo educacional e sobretudo, sujeito ativo e não mais passivo, o conhecimento deixa de ser algo sem conexão com a realidade.

Através das atividades aplicadas nas aulas de Robótica Educacional nos CEPIS pretende-se: estimular, constantemente, nos estudantes a prática de aprender a aprender; envolver e, sobretudo, entusiasamá-los pela vida; e valorizar a interação com os outros a fim de que criem conexões entre os mais diversos conhecimentos teóricos adquiridos em suas vivências para aplicá-las em situações reais. Além disso, ela faz com que os estudantes tenham uma maior proximidade



Fonte: Instituto Memaker

com a ciência e a tecnologia, áreas do conhecimento que geram grande interesse neles.

A Robótica Educacional é uma metodologia muito rica por proporcionar aos estudantes a oportunidade de experimentarem em várias áreas do conhecimento um conteúdo específico, tornando o ensino aprendido estimulante e significativo, além de ser uma atividade que está intimamente ligada à BNCC, pois faz parte da cultura digital que é um elemento de suma importância para nossos estudantes. O papel do professor diante desse trabalho é de fundamental importância.



A Superintendência de Educação Integral coordena esse trabalho com o objetivo de apoiar e orientar professores e estudantes a fim de possibilitar a ampliação do acesso à ciência e tecnologia, de forma a criar espaços de interação com esta realidade e desenvolver a capacidade de formular e equacionar problemas.

Vale ressaltar, que é possível oportunizar a robótica nos CEPIS por meio da construção de protótipos a partir de sucatas de lixo eletrônico e de recicláveis, incentivando os estudantes



Fonte: Pinterest

sobre o reaproveitamento de materiais em desuso, reduzindo os custos dessa proposta educacional, além de propiciar circuitos eletrônicos de forma simples e lúdica entre eles. Portanto, para que essa metodologia se torne realidade nos CEPIS, não exatamente precisa-se dos kits de robótica, pois é possível com a utilização de materiais alternativos.

Dentre os principais benefícios da Robótica Educacional podemos destacar além disso temos também como vantagens: estímulo do raciocínio lógico; fortalecimento do espírito de equipe, fomento da criatividade, desenvolvimento de habilidades para solução de demandas complexas, conexão com as novas tendências da tecnologia e do mercado de trabalho, contribuindo assim com a melhoria do desempenho acadêmico. Dessa maneira, os estudantes vivenciam o protagonismo e se tornam ativos na construção do seu conhecimento.

3.7. PRÁTICA EDUCATIVA: ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA E HÁBITOS ALIMENTARES E DE HIGIENE – Ensino Fundamental

O ambiente escolar é tido como prioritário para a promoção do desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, por caracterizar-se como um espaço de formação de indivíduos em desenvolvimento, no qual os estudantes passam grande parte do seu tempo.

A Proposta Pedagógica de Educação Integral em Tempo Integral orienta que os CEPIS entendam o momento da alimentação como um espaço onde se oportuniza aprendizagens. Para tanto, além de orientação, a formação de hábitos alimentares saudáveis deve buscar o diálogo com os valores culturais, sociais e afetivos, bem como, dos emocionais e comportamentais a fim de contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes.

A Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de



1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar, como pode ser observado no § 9º-A, onde diz que “a educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o caput.” (NR).

O professor orientador (modulado) dessa prática educativa acompanha o estudante durante a refeição, orientando-o e contribuindo para o entendimento acerca do valor nutritivo dos alimentos, da importância e da necessidade de uma alimentação rica e saudável, do comportamento à mesa, das atitudes de respeito, da cordialidade e da valorização do outro. Além de orientar também sobre a higienização dos estudantes, como lavar as mãos, escovar os dentes etc.

Faz-se necessário que o professor das Atividades de Convivência e de Hábitos Alimentares e Higiene planeje suas atividades articuladas com os professores do Protagonismo Juvenil, de forma que os estudantes entendam que esse momento é também, um espaço de vivência do protagonismo. Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos sugeridos a seguir têm por intuito facilitar o desenvolvimento das atividades pedagógicas. São eles:

- › Explorar temáticas, por meio de debates coletivos, que abordem assuntos relacionados aos valores nutritivos dos alimentos e a importância de se ter uma alimentação saudável e balanceada;
- › Estabelecer combinados e regras para esse momento;
- › Explicar sobre a importância de se estabelecer uma boa convivência;
- › Orientar a respeito da organização para receber a refeição e a se portar bem à mesa (boas maneiras) durante o almoço;
- › Acompanhar e orientar os estudantes durante a refeição;
- › Enfatizar a importância da higienização corporal;
- › Orientar quanto à higienização das mãos e a escovação;
- › Criar estratégias de organização no momento da escovação para que o local não seja tumultuado;
- › Organizar e direcionar momentos interativos que despertam nos estudantes um relacionamento amistoso;
- › Trabalhar de forma que as relações pessoais e interpessoais sejam potencializadas;
- › Realizar atividades de caráter socializador e de descanso;



- › Realizar planejamento quinzenal, sob a orientação e acompanhamento do Coordenador do Núcleo Diversificado, lembrando que esse acompanhamento se dá por meio do planejamento, dos momentos de estudos e dos *feedbacks*.

Nesse sentido, as Atividades de Convivência e de Hábitos Alimentares e Higiene visam oportunizar aos estudantes a conscientização e a orientação quanto a importância de desenvolver hábitos alimentares saudáveis, de higienização e de cuidados com o corpo. Essa prática educativa deve propiciar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades que contribuam para construção e ampliação de conhecimentos e conseqüentemente com a sua formação, também, promove a socialização e integração dos estudantes, uma vez que eles realizam as refeições de forma coletiva no ambiente escolar.

4. CONCEPÇÃO DE GESTÃO

Um dos grandes desafios das escolas atuais é promover uma gestão eficiente, que garanta o gerenciamento de todos os processos escolares de gestão e pedagógicos de modo a assegurar uma educação de qualidade e propiciar a formação plena dos estudantes. E foi pensando em avançar nesse quesito, que introduziu-se nos CEPIS a *Tecnologia de Gestão Educacional/TGE*, apresentada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE, o qual traz possibilidades para

Introduzir inovações em conteúdo, método e gestão, de maneira a assegurar que as concepções pedagógicas pudessem ser efetivamente transformadas em ações e, por conseqüência, nos resultados esperados e pactuados, decorrentes do desejo e dos esforços conjugados por toda a comunidade escolar. (ICE/Concepção do Modelo de Gestão –Tecnologia de Gestão Educacional, 2020, p.19)

Os conceitos acima estão ligados ao que é proposto nos artigos 14 e 15 da LDB os quais definem as normas da gestão democrática do ensino público, quanto à participação ativa dos profissionais da educação e das comunidades escolares na elaboração de documentos de gestão e na composição de conselhos escolares. Além disso, esse preceito legal orienta que os sistemas de ensino devem assegurar às unidades escolares públicas graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, desde que sejam observadas as normas estabelecidas para tal fim. Cabe aqui, nesta regulamentação, o princípio da autonomia delegada, por apontar a importância da participação de todos nos processos escolares, o que também é proposto na TGE, sendo ela mais postura e tomada de consciência do que um método de gestão



e, por isso, demanda abertura para o novo, para uma nova forma de ver, sentir e cuidar da escola.

Segundo o ICE (2020), a tarefa mais complexa da Gestão Escolar é assegurar que a escola cumpra a sua missão. Esta complexidade se reflete na atuação do Gestor e na forma que este conduz a participação de todos, no cotidiano escolar: professores, coordenadores, estudantes, pais e responsáveis, comunidade, parceiros e os diversos setores da Secretaria de Educação, assim é essencial que o seu papel na escola esteja claro para toda a equipe escolar e para a comunidade e que desenvolva sua liderança enquanto Gestor.



Fonte: Instituto Indesfor

Portanto, pensando em cumprir com os propósitos de uma Gestão Escolar que assegure o gerenciamento de todos os processos administrativos, pedagógicos e de gestão, a Concepção de Gestão dos CEPIs pauta-se no caderno *Concepção do Modelo de Gestão – Tecnologia de Gestão Educacional*, o qual se articula aos Princípios Educativos e Eixos Formativos da Concepção Pedagógica a fim de gerenciar todos os processos de gestão e pedagógicos dentro do CEPI, de maneira produtiva e eficiente por meio de instrumentos específicos que podem ser facilmente implementados na rotina escolar, possibilitando a excelência acadêmica e a formação integral dos estudantes.

4.1. PRINCÍPIOS E CONCEITOS DA TECNOLOGIA DE GESTÃO EDUCACIONAL

Assim como a Concepção Pedagógica dos CEPIs, a Concepção de Gestão também se constituiu de Princípios e Conceitos, os quais devem ser entendidos e aplicados com o objetivo de aumentar a velocidade nas tomadas de decisões dentro da escola, aperfeiçoando a qualidade das informações e mensurando de forma mais assertiva os impactos do desenvolvimento dos processos pedagógicos.

4.1.1. PRINCÍPIOS

Os Princípios que constituem a Concepção de Gestão são três:

4.1.1.1. Ciclo Virtuoso

O Ciclo Virtuoso é um importante princípio da TGE, ele evidencia como se dão as relações e a comunicação entre gestão pública, escola/estudante, investidores sociais e comunidade. Nessa perspectiva, todos os envolvidos devem atuar visando a qualidade do ensino



público, comprometendo-se com os Conceitos e Princípios dos CEPs e conseqüentemente, com a formação integral dos estudantes.

Assim, com essa comunicação efetiva e com a relação de parceria visando a qualidade da educação, cria-se um Ciclo Virtuoso onde estudantes, parceiros, escola, comunidade e gestão pública são beneficiados uma vez que os estudantes bem formados impactam no desenvolvimento da escola, da comunidade e da sociedade.



Fonte: ICE

4.1.1.2. Comunicação

Este princípio é essencial, pois entende-se que a maioria das dificuldades e conflitos vivenciados na escola é motivada pela falta de comunicação com uma intenção clara. É a própria



fala em movimento entre os interlocutores que, ao ser recebida, gera outro movimento, de preferência aquilo que é necessário e que se espera. Se não gerar isso, é somente “falação”.

O Gestor deve ter a comunicação como foco de seu trabalho. Perdendo o foco, põe em risco a sinergia da equipe.

4.1.1.3. Educação pelo Trabalho

O princípio da Educação pelo Trabalho compreende um processo educativo alicerçado na arte de influenciar e ser influenciado e apoia-se no princípio da Pedagogia da Presença. Por meio desta, a formação da pessoa não se realiza apenas no e para o trabalho, mas, fundamentalmente para a vida, na adoção de uma atitude de não indiferença em relação ao outro, aos problemas da vida e do seu entorno. Essa filosofia centrada no trabalho e na educação, estrutura-se em torno da atividade produtiva do ser humano, enquanto produtor de conhecimento e gerador de riqueza material e moral.

O ICE aponta esse princípio como uma influência construtiva e deliberada na formação



e no desenvolvimento das pessoas, pois por meio dele, a transmissão de conhecimentos, valores, princípios, atitudes, competências e habilidades se dão em tempo e condições reais, no dia a dia do exercício de suas atividades, onde se trabalha para aprender. Portanto, a Educação pelo Trabalho pode ser considerada a veia principal da TGE, para a qual convergem as estratégias, por esta razão, este Princípio tem a condição de mobilizar a escola para o futuro, assegurando ao mesmo tempo a sua sobrevivência, a sua expansão e a sua sustentabilidade.

4.1.2. CONCEITOS

Os Conceitos que constituem a Concepção de Gestão são cinco:

4.1.2.1. Descentralização

Descentralizar significa distribuir as responsabilidades e decisões de um trabalho entre a equipe escolar, os estudantes e a família. Paralelamente, os objetivos das ações pactuadas devem estar claros para gestores, coordenadores pedagógicos, professores e estudantes e famílias. Com isso, criam-se condições favoráveis ao delineamento do processo de delegação planejada.

A Descentralização está assentada pela disciplina, pelo respeito e pela confiança onde é possibilitado o envolvimento de todos na consecução dos objetivos comuns e o bom relacionamento entre os diversos participantes do processo educativo em que gere um clima de abertura, favorecendo iniciativas e eclosão de novas ideias e, por fim, pressupõe a existência da confiança, que não deve ser imposta, mas sim, conquistada.

4.1.2.2. Delegação Planejada

A Delegação Planejada consiste em vivenciar a liderança acreditando no potencial do outro, em sua competência e vontade de se desenvolver, tendo em vista a delegação gradual de autoridade e responsabilidades com base na confiança e no alinhamento com as concepções filosóficas da escola.

Alguns reflexos concretos de um processo de delegação exitoso:

- › Aprofundamento do senso de eficácia;
- › Intensificação dos sentimentos de pertencimento e lealdade à escola;
- › Construção conjunta dos indicadores de desempenho;
- › Geração de sentimentos de autoestima e orgulho coletivos;



- > Entendimento das expectativas referentes ao desempenho;
- > Surgimento do espírito de equipe;
- > Apoio ao desenvolvimento de competências para tomada adequada de decisões.

Fonte: ICE

Assim, a Delegação Planejada dirigida e exercida de forma gradual pode propiciar, aos estudantes e à equipe escolar, a execução de tarefas com níveis crescentes de complexidade, pautadas na capacidade e maturidade cognitiva e emocional de cada um.

76

4.1.2.3. Ciclo de Melhoria Contínua – O Ciclo PDCA

O Ciclo PDCA é um conceito e instrumento destinado a apoiar o processo de melhoria contínua que considera as fases: **planejar**, **executar**, **avaliar** e **ajustar**. Constitui-se em uma poderosa ferramenta para acompanhamento e detecção dos ajustes necessários ao final de uma aula, uma eletiva, um processo ou até mesmo de um período letivo.

Os resultados proporcionados pela utilização do Ciclo PDCA em uma organização também contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico dos seus colaboradores. O estímulo constante em planejar, executar, avaliar e ajustar pode desencadear em cada pessoa uma melhor compreensão do(s) processo(s) de que participa, propiciando condições para o surgimento de um ambiente criativo em toda a escola.



Fonte: SUPEI

4.1.2.4. Níveis de Resultado

É importante analisar a relação entre os resultados alcançados pela CEPI e os seus ciclos de vida, tendo em vista que há uma relação de proporcionalidade entre eles. Ao ser implantada, a escola vive distintos níveis do ciclo de vida. Cada um é suporte para o seguinte. Eles não são estáticos, mas se sobrepõem e se interligam. São esses os níveis: **Sobrevivência**, **Crescimento** e **Sustentabilidade**. Assim, a escola se torna sustentável quando retribui, sob a



forma de resultados, àquele que a mantém por meio de recursos advindos dos tributos e consequentemente, à sociedade.

4.1.2.5. Parceria

A parceria é a manifestação do compromisso e da responsabilidade com um objetivo comum. Na relação com a comunidade, a escola pode e deve firmar alianças com Parceiros



Fonte: Pinterest

Locais (organizações e/ou pessoas) que apoiam o projeto escolar por meio de ações que atendem uma determinada demanda específica.

Dessa forma, o CEPI se torna sustentável quando corresponde às expectativas no que se refere a qualidade do ensino por meio dos seus resultados, pelo reconhecimento e credibilidade na comunidade. Isso demonstra para a comunidade e para a sociedade, o que pode se esperar dessa escola enquanto instituição pública de educação.

4.2. INSTRUMENTOS DA TECNOLOGIA DE GESTÃO EDUCACIONAL

Os Instrumentos de Gestão permitem acompanhar e monitorar o trabalho pedagógico a fim de gerar resultados tangíveis e mensuráveis que possibilitem a excelência acadêmica e a formação integral dos estudantes.

Assim, o gerenciamento de processos é feito por meio dos seguintes Instrumentos de Gestão: Plano de Ação e Programa de Ação se correlacionam aos Princípios Educativos e aos Eixos Formativos da Concepção Pedagógica com a finalidade de propiciar a formação de estudantes autônomos, solidários e competentes.

4.2.1. PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação é um instrumento que visa o planejamento estratégico de todas as ações necessárias para garantir um ensino de qualidade. Assim, no CEPI, esse instrumento precisa estabelecer prioridades, indicadores, metas e estratégias capazes de assegurar um trabalho pedagógico contextualizado, articulado e integrado, proporcionando a formação plena dos estudantes.



Nesse sentido, o Plano de Ação é a bússola que norteará a equipe escolar para a construção da identidade dos Centros de Ensino em Período integral voltada para a formação dos estudantes em sua inteireza, na qual a integração das competências cognitivas e socioemocionais ganham relevância. Nessa perspectiva, a construção do Plano de Ação é um momento importante para a comunidade escolar pensar sobre a sua missão, identificando e relacionando as atividades prioritárias para o ano em exercício, tendo em vista os resultados esperados.

Sendo assim, é importante que as escolas destaquem em seu Plano de Ação a realidade do seu contexto e de sua inserção no entorno, no bairro e no município, conhecendo as principais atividades econômicas, mercado de trabalho, educação e o seu raio de abrangência; a trajetória histórica, razões ou propósitos que levaram à sua criação de modo a orientar a definição e o desenvolvimento de suas ações.

O Plano de Ação deve ser elaborado no início de cada ano letivo com a participação de toda a comunidade educacional. Sua elaboração deve oportunizar o processo de formação dos profissionais para atuarem de forma descentralizada, decidindo e assumindo seu papel e sendo corresponsáveis pelas decisões tomadas em conjunto. Elaborar o Plano de Ação é estruturar caminhos para diminuir o hiato entre *a situação atual e a visão futura*.

Considerando que a educação tem caráter processual, o Plano de Ação deve ser constantemente ajustado tal qual proposto na metodologia do Ciclo PDCA (Plan/Do/Check/Act), nos espaços destinados às Reuniões Gerenciais e com o objetivo de realizar os alinhamentos e intervenções necessárias a fim de garantir resultados eficazes e confiáveis das práticas pedagógicas e de seus respectivos Plano e Programas de Ação.

→ **Composição do Plano de Ação do CEPI**

O Plano de Ação do CEPI é composto por: introdução, valores, missão, visão, premissas e os objetivos, prioridades para o ano, metas projetadas, indicadores e estratégias de implementação, definindo a estrutura com a atribuição de responsabilidades tendo em vista o cumprimento da missão.

Esse instrumento norteará a definição das estratégias específicas do CEPI e de seus desdobramentos. É importante ressaltar que a parte da introdução, a visão de futuro, a missão e as premissas no Plano de Ação da SEDUC/GO não devem ser alteradas, pois se trata de uma expressão da Secretaria.

Segue abaixo o organograma do Plano de Ação utilizado nos CEPIs.



Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE, 2020

- › **Introdução:** descreve de forma sucinta um diagnóstico da realidade da unidade escolar. Deve apresentar dados e evidências sobre a comunidade que atende e as expectativas e anseios dos pais, responsáveis e famílias com a implantação do modelo CEPI.
 - › **Valores:** são as convicções e crenças dominantes definidas pela SEDUC/GO. Esses Valores devem permear as crenças dos envolvidos com a unidade escolar, pois nortearão as decisões e a realização dos trabalhos de todos.
 - › **Missão:** a definição da Missão serve de base para orientar a tomada de decisões. Auxilia na definição dos objetivos, no estabelecimento das prioridades e na escolha das decisões estratégicas.
 - › **Premissa e Objetivos:** as Premissas do Plano de Ação são o ponto de partida para a definição de objetivos, prioridades, metas e resultados esperados que conduzirão a construção do plano de ação do CEPI.
- Sendo assim, as Premissas são o elemento norteador para o planejamento da unidade escolar, pois elas fornecem parâmetros em relação aos “modos de fazer”. Assim, os CEPIs inspirados nas Premissas tomam as decisões e estabelecem as estratégias e ações necessárias para cumpri-las em seu Plano de Ação.



- a) **Protagonismo:** Premissa ligada ao estudante; posiciona o estudante como partícipe em todas as ações (problemas e soluções) do CEPI.
- b) **Formação Continuada:** Premissa ligada aos educadores; educadores comprometidos com os processos de autodesenvolvimento permanente.
- c) **Excelência em Gestão:** Premissa ligada aos Gestores; escola com foco nos objetivos e resultados pactuados que utiliza as ferramentas de gestão e fortemente orientada pela Pedagogia da Presença e pela Formação em Serviço.
- d) **Corresponsabilidade:** Premissa ligada à comunidade; todas as entidades, organizações ou pessoas comprometidas com a melhoria da qualidade do ensino.



Fonte: SUPEI

- e) **Replicabilidade:** Premissa ligada à continuidade (poder público); todas as ações planejadas e desenvolvidas no CEPI devem se mostrar viáveis sob o ponto de vista pedagógico, temporal e econômico. É condição fundamental para um experimento ganhar escala.

- › **Prioridades:** estabelecem prioridades significa definir o que é mais importante, o que vem primeiro, o que fará a diferença na obtenção das metas. É importante refletir sobre cada um dos objetivos, elegendo como prioritários os pontos que provocarão maior impacto nos resultados ao longo do tempo.
- › **Indicadores e Metas:** são aqueles que monitoram a tendência de uma certa meta para que seja possível fazer mudanças durante o percurso, em tempo de corrigir o rumo e garantir o resultado final.
- › **Estratégias:** a estratégia possibilita a transformação da intenção em ação presente. É ela que sintetiza e qualifica o conjunto das ações a serem desenvolvidas nos processos da organização, visando a consecução dos objetivos traçados.

4.2.2. PROGRAMA DE AÇÃO

A partir da elaboração do Plano de Ação do CEPI, é fundamental definir quem fará



quais atividades. Para esse fim, é utilizado o instrumento Programa de Ação, que concentra seu foco na operacionalização das estratégias definidas no Plano de Ação. Deve ser elaborado no início do ano letivo e ser acompanhado e revisado bimestralmente. Enquanto o Plano de Ação vislumbra o futuro, os Programas de Ação orientam e definem a atuação de cada um de acordo com suas responsabilidades e funções. Assim, ele requer o comprometimento de todos para que de fato, as estratégias sejam desenvolvidas.

O Programa de Ação é um instrumento que possibilita a cada educador realizar uma síntese de suas obrigações e deveres para com a comunidade. Deve ser construído em todos os CEPs de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. Esse Instrumento de Gestão é composto por: introdução, enfoque, atribuições, atribuições e atividades, ações e prazos, competências a desenvolver, indicadores e metas pactuadas, alinhamento, substituto, fatores críticos e orçamento.



Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE, 2020

- › **Introdução:** breve relato da sua experiência profissional e do contexto da escola, como perfil dos estudantes, dificuldades e questões específicas da sua área de atuação.
- › **Enfoque:** pontos da sua atuação que merecem maior atenção, seja pelo impacto nos resultados ou pela dificuldade de sua realização.



- › **Atribuições e Atividades:** “A sua missão” – principais atribuições da função ocupada, incluindo as práticas do modelo pedagógico com foco no projeto de vida do estudante.
- › **Ações e Prazos:** ações que irão concretizar as estratégias e atingir as metas do Plano de Ação e os períodos em que serão realizadas.
- › **Competências a Desenvolver:** são as competências, habilidades, atitudes que precisam ser melhoradas.
- › **Indicadores e Metas Pactuadas:** retomada do Plano de Ação os indicadores impactados por sua atuação e desdobrá-los em indicadores e metas individuais.
- › **Alinhamento:** indicação das áreas e pessoas com quem você precisa estar alinhado, assim como os pontos chaves de alinhamento. (vertical e horizontal).
- › **Substituto(s):** local onde se relaciona a(s) pessoa(s) que pode(m) substituí-lo no caso de você precisar se ausentar por algum tempo e que, portanto, irá requerer de você ações de alinhamento.
- › **Fatores Críticos de Apoio:** pontos que podem afetar o bom desempenho da sua atividade e requerem ações de prevenção.
- › **Orçamento:** (somente no Programa de Ação do Gestor) – planejamento financeiro para o atendimento de necessidades operacionais: recursos administrados pela escola e rubricas custeadas pela escola.

Faz-se necessário que as coordenações pedagógicas e de área acompanhem o desenvolvimento dos Programas de Ação junto aos professores e durante as Reuniões Gerenciais façam os feedbacks a fim de garantir o desenvolvimento das estratégias propostas no Plano de Ação, propondo intervenções e os redirecionamentos necessários.

4.2.3. DESDOBRAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Além dos Instrumentos de Gestão da Tecnologia de Gestão Educacional: Plano e Programa de Ação, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás por meio da Superintendência de Educação Integral elaborou mais 02 (dois) Instrumentos de Gestão para facilitar os gerenciamentos de processos dentro dos CEPs, são eles: *Mapa de Atividades, Reuniões Gerenciais e Agenda Bimestral*.

4.2.3.1. Mapa de Atividades

O Mapa de Atividades é um Instrumento de Gestão pensado pela Secretaria de Estado da Educação-GO/Superintendência de Educação Integral e incorporado aos Instrumentos de



Gestão da TGE com o objetivo de acompanhar e gerenciar os processos de gestão e pedagógico dos diversos atores do CEPI de maneira a formar uma consciência de gestão na equipe pedagógica, alinhando-a a filosofia do projeto. Diante disso, a implementação, a execução e o acompanhamento desse instrumento são fundamentais para uma maior produtividade.

O Mapa de Atividades organiza todos os 45 (quarenta e cinco) semanais previstos na Matriz Curricular, portanto neste instrumento serão descritas todas as atividades a serem desenvolvidas pelos coordenadores e professores no CEPI, contemplando as atividades pedagógicas dentro e fora da sala de aula, como: Horário de Aulas, Planejamento, Elaboração de Atividade/Avaliação, Correção de Atividade/Avaliação, Reuniões com as Coordenações, Momento de Estudo, Formação etc.

Logo do CEPI		Superintendência de Educação Integral		Secretaria de Estado da Educação		GOIÁS	
MAPA DE ATIVIDADES PARA PROFESSOR (A)							
NOME DO PROFESSOR (A): _____							
HORÁRIO	TEMPO/ AULA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO
7:30 às 8:20	1ª AULA						
8:20 às 9:10	2ª AULA						
9:10 às 9:25 INTERVALO (LANCHE/RECREIO) - 15min							
9:25 às 10:15	3ª AULA						
10:15 às 11:05	4ª AULA						
11:05 às 11:55	5ª AULA						
11:55 às 13:25 INTERVALO DO ALMOÇO (DESCANSO) - 1h30min							
13:25 às 14:15	6ª AULA						
14:15 às 15:05	7ª AULA						
15:05 às 15:20 INTERVALO (LANCHE/RECREIO) - 15min							
15:20 às 16:10	8ª AULA						
16:10 às 17:00	9ª AULA						

A elaboração dos Mapas de Atividades devem ser realizadas conforme o de Horário de Aula. Cada professor lança as suas aulas (Núcleo Básico Comum e Núcleo Diversificado). Após, o professor distribui as demais atividades relativas às suas atribuições, de modo a totalizar 45 (quarenta e cinco) tempos semanais.

A Coordenação Pedagógica juntamente com o Coordenação do Núcleo Diversificado e com os Coordenações de Área elaboram seus Mapas de Atividades assegurando que os mesmos tenham disponibilidade para acompanhar a execução das atividades dos professores, bem como contemplar as Reuniões Gerenciais.



4.2.3.2. Reuniões Gerenciais

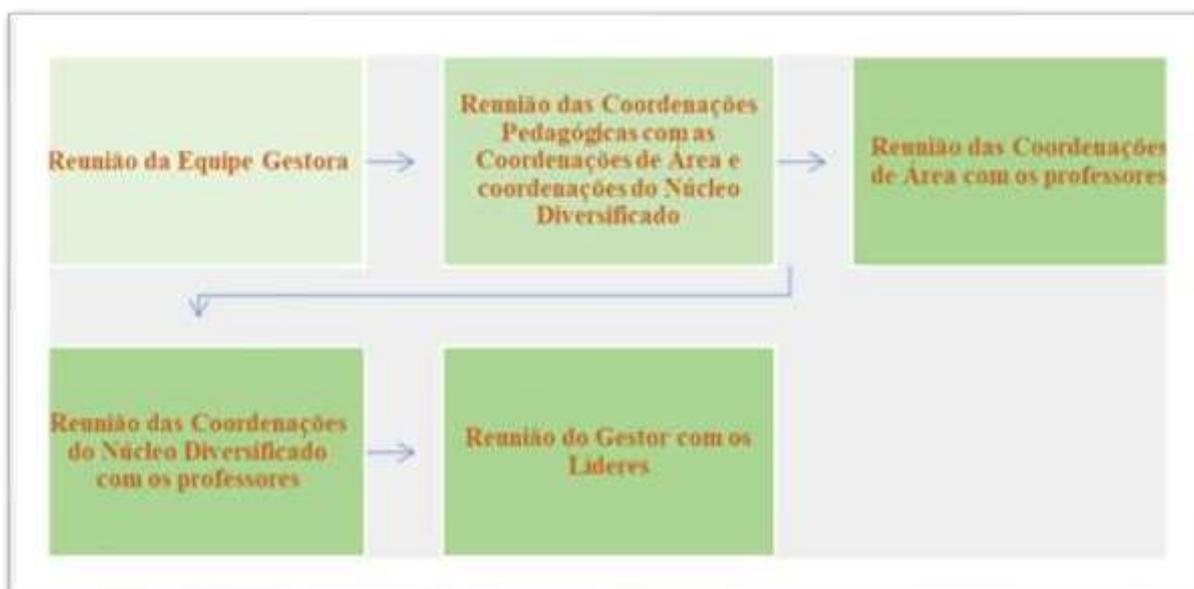
São Instrumentos de Gestão importantes às quais visam uma sistemática de reuniões voltadas para o alinhamento, a articulação e a integração de ações de gestão e pedagógicas a fim de garantir a qualidade de ensino ofertada nos CEPIS. Essas reuniões devem acontecer semanalmente de forma sistemática, com pautas pré-definidas. Faz-se necessário registrar todas as reuniões, especificando os assuntos discutidos e os encaminhamentos propostos. Em cada reunião, retoma-se os encaminhamentos da reunião anterior, analisando os avanços e o que precisa ser replanejado.

As Reuniões Gerenciais devem ser espaços de estudo, reflexão, (re)planejamento, feedbacks, redirecionamentos etc. Tem como objetivo alinhar e articular os processos pedagógicos e de gestão a fim de garantir a



Fonte: IPEGEX

qualidade de ensino e, conseqüentemente, o sucesso acadêmico dos estudantes. Esses momentos também são para formar, discutir e integrar a equipe para tomadas de decisões, assegurando o bom andamento das atividades no CEPI. Para a realização dessas reuniões as pautas devem ser pré-definidas e, a partir destas, planejar o desenvolvimento dos trabalhos. Devem ser iniciadas com a avaliação dos encaminhamentos realizados durante a semana anterior e replanejar ações caso necessário.



Fonte: SUPEI



A **Reunião do Gestor com os Líderes de Turmas** acontecem uma vez ao mês e tem por objetivo fomentar a liderança positiva nos estudantes protagonistas que atuam como Líderes. Assim, o Gestor deve realizar estudos (com os Líderes) acerca de liderança, bem como discutir as pautas apresentadas por ele e pelos estudantes de forma a garantir a atuação efetiva dos mesmos. É por meio dessas reuniões que os Líderes de Turma, também, são orientados sobre o preenchimento das Fichas de Participação dos Estudantes, antes de cada Conselho de Classe.

Sobre as **Reuniões do Coordenador do Núcleo Diversificado com os Líderes de Clubes** acontecem uma vez ao mês, tendo também como objetivo fomentar a liderança positiva e a corresponsabilidade entre eles, além de orientar sobre possíveis dificuldades que estão tendo para executar suas atribuições.

4.2.3.3. Agenda Bimestral

A Agenda Bimestral é um dos Instrumentos de Gestão, elaborado bimestralmente, que visa o melhor gerenciamento dos processos pedagógicos e de gestão desenvolvido para auxiliar na comunicação interna e externa, garantindo o bom funcionamento da rotina escolar. Contém as atividades propostas que não fazem parte da rotina do CEPI, abrangendo as ações de natureza interna e externa. As ações contempladas na Agenda Bimestral devem ser avaliadas no Trabalho Coletivo.

A imagem mostra uma interface de software para uma agenda bimestral. No topo, há um calendário para o mês de Janeiro de 2021, com dias da semana (SEG, QUA, QUI, SEX, SÁB, DOM) e dias numerados. Abaixo do calendário, há duas tabelas principais:

AGENDA CONSOLIDADA DO CEPI...					AGENDA DOS PROFESSORES DO NÚCLEO DIVERSIFICADO					
DIÁ	DATA	HORÁRIO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	QUEM PARTICIPA	Objetivo	Estado Orientado I	Estado Orientado II	Preparação Wto-Mêdo	Projeto de Vida
SEG	4									
TER	5									
QUA	6									
QUI	7									
SEX	8									
SÁB	9									
SUN	10									
SEG	11									
TER	12									
QUA	13									

Na base da interface, há uma barra de navegação com os meses do ano: ENTE, JAN, FEV, MAR, ABR, MAI, JUN, JUL, AGO, SET, OUT, NOV, DEZ.

4.3. LIDERANÇA SERVIDORA

Tendo em vista os Princípios, Conceitos e Instrumentos da TGE o Gestor precisa gerir os processos dentro do CEPI considerando a Liderança Servidora. Esta pode ser definida como a capacidade de influenciar pessoas para que atuem com eficácia e entusiasmo pela causa da educação de qualidade. Ser um Líder Servidor é uma questão de escolha, de atitude: não é



preciso ter determinados traços de personalidade nem poderes superiores, mas requer cuidado com as atitudes para conquistar autoridade pela referência moral e profissional, pela humildade e pelo serviço.

O Líder Servidor constrói uma intenção coletiva, em que todos também se percebem com responsabilidades pela gestão e resultados dos seus processos, cada um cumprindo bem o seu papel e contribuindo com as transformações necessárias para se alcançar a visão do futuro desejado pela escola, que é o sonho de toda uma comunidade.



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 fev. 2021.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

_____. [LDB – Lei n.º 9.394 (1996)]. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 21 fev. 2021.

_____. [ECA – Lei n.º 8.069 (1990)]. Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 21 fev. 2021.

_____. [PNE – Lei n.º 13.005 (2014)]. Lei n.º 13.005 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 21 fev. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Trajetórias criativas : jovens de 15 a 17 anos no ensino fundamental : uma proposta metodológica que promove autoria, criação, protagonismo e autonomia** : caderno 7 : iniciação científica / [organizadores, Italo Modesto Dutra ... et al.]. -- Brasília : Ministério da Educação, 2014. 18 p.: il. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16320-seb-traj-criativas-caderno1-proposta&category_slug=setembro-2014-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 04 de fev. 2021.

_____. [CNE – Resolução n.º 4 (2010)]. Resolução n.º 4 de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 30 de mar de 2021.

GOIÁS. [PEE – Lei n.º 18.969 (2015)]. Lei n.º 18.969, de 22 de Julho de 2015. Aprova o **Plano Estadual de Educação**, para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Goiânia, GO:



Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/93357/lei-18969. Acesso em 24 fev. 2021.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás [Lei n.º 17.920 (2012)]. Lei n.º 17.920, de 27 de dezembro de 2012. Institui os **Centros de Ensino em Período Integral – CEPI**, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. Goiânia, GO. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/89893/lei-17920. Acesso em 19 fev. 2021.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás [Lei n.º 18.671 (2014)]. Lei n.º 18.671, de 13 de novembro de 2014. Implanta, como **projeto-piloto e em caráter experimental, Unidades Escolares de Educação Integral em Tempo Integral (UEEITI)**, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providências. Goiânia, GO. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90932/lei-18671. Acesso em 19 fev. 2021.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. [Lei n.º 19.687 (2017)]. Lei n.º 19.687, de 22 de Junho de 2017. Cria os **Centros de Ensino em Período Integral**, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, e dá outras providências. Goiânia, GO. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/99003/lei-19687. Acesso em 19 fev. 2021.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás [Lei n.º 20.917 (2020)]. Lei n.º 20.917, de 21 de dezembro de 2020. Institui o **Programa Educação Plena e Integral** e dá outras. Goiânia, GO: Disponível em: https://site.educacao.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/diario_oficial_2020-12-21_completo.pdf. Acesso em 24 fev. 2021.

_____. Conselho Estadual de Educação de Goiás (2011). **Resolução CEE/CP n.º 5/2011**. Dispõe sobre a Educação Básica em suas diversas etapas e modalidades para o Sistema Educativo do Estado de Goiás, o credenciamento e o credenciamento de instituição de ensino, a autorização de funcionamento e renovação da autorização de funcionamento de etapas da Educação Básica. Goiânia, GO: Disponível em http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2018-03/resolucao-conselho-estadual-de-educacao-no_-5_2011.pdf. Acesso em 24 fev 2021.

_____. Conselho Estadual de Educação de Goiás (2014). **Parecer CEE/CP n.º 8 /2014**. Solicitação – Emissão de Resolução: Projeto Escola Estadual de Tempo Integral. Goiânia, GO.



_____. Conselho Estadual de Educação de Goiás. 2018). **Resolução CEE/CP n.º 03 de 16 de fevereiro de 2018**. Goiânia, GO. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-CEE-CP-03-DE-2018.pdf>. Acesso em 26 fev. 2021.

_____. Portaria n.º 587/2007-GAB/SEE n.º 587, de 09 de março de 2007. Considera implantado o **Projeto Piloto Escola Estadual de Tempo Integral (...)**. Goiânia, GO, 2007.

_____. [Planilha/SEDUC (2011)]. **Quadro de Enturmação_2011**. Goiânia, GO: Disponível em: SEDUC – Pasta Z – SUPEI – EETI – 2011 – Planilhas 2010-2011.

_____. [Planilha/SEDUC (2016)]. **Quadro de Enturmação das UETIs_2016_2º Semestre**. Goiânia, GO: Disponível em: SEDUC – Pasta Z – SUPEI – EETI – Docs2016 – Planilhas.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Nivelamento: um olhar equânime sobre a aprendizagem**. 1ª edição, 2020.

BOAS, V. V. PGM0101. **Metodologia da Pesquisa**. Caxias do Sul,RS: UCS, 2007.

BEZERRA, R. F. S.; CAMPOS, C. M.; MARQUES, C. C. G. **A Aplicabilidade da Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) e os Resultados Exitosos no Centro Educa Mais no Estado do Maranhão**. Anais do VI CONEDU. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58017> . Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. Robótica com sucata, promovendo a sustentabilidade. Caderno de Práticas – Ensino Fundamental Anos Finais (Implementação BNCC). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-finais/172-robotica-com-sucata-promovendo-a-sustentabilidade-2>. Acesso em 30/03/2021.

Caderno de Orientações para Elaboração e Projeto - PJM2018. Disponível em: http://internacional.ifmt.edu.br/media/filer_public/2e/15/2e15c185-5ec2-4b08-a9e2-c551a9162dec/caderno-orientacoes-2018.pdf . Acesso em 04 de fev. 2021.

CARVALHO, A.M.P. **O ensino de ciências e a proposição de sequências de ensino investigativas**. In: CARVALHO, A. M. P. (Org.). Ensino de Ciências por investigação: Condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, cap. 1, p. 1-13, 2013.

CARVALHO, A.M.P.; CASTRO, R.S.; LABURÚ, C.E.; MORTIMER, E.F. **Pressupostos**



epistemológicos para a pesquisa em ensino de ciências. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.82, p.85-89, 1992.

COSTA, A.C.G. **A Presença da Pedagogia.** Global Editora, 2002.

_____, A.C.G. **Educação para do Desenvolvimento Humano.** Saraiva, 2004

_____, A.C.G. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Fundação Odebrecht, 2000.

_____, A.C.G.. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, W. L.; ZOMPERO, A. F. **A Iniciação Científica no Brasil e sua propagação no Ensino Médio.** Revista REnCiMa, v.8, n.1, p.14-25, 2017.

CRUZ, C; RIBEIRO, U. **Metodologia científica: teoria e prática.** 2.ed. Rio de Janeiro: AxcelBooks, c2004. 324p

DELORS, J. [et al.]. (2010). **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Brasília, DF: MEC: UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em 19 fev. 2021.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa.** 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. BRASIL. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

_____. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DESLANDES, S. F. **O projeto de pesquisa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

Educação Brasileira - **EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

FLORES, M. L.; ROZA, R.J. da; THIEL, A. A. **História dos celulares.** In: Mostra de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar, 1, 2006, Camboriú. Anais. Camboriú: UFSC/CAC, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1991.



_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. BOAS, V. V. PGM0101 Metodologia da pesquisa. Caxias do Sul, RS: UCS, 200p.

LABURÚ, C.E. **Fundamentos para um experimento cativante**. Cad. Bras. Ens. Fís., v.23, n3, p. 382-404, 2006.

Inova escola: **práticas para quem quer inovar na educação** / Fundação Telefônica Vivo. – São Paulo (SP): Fundação Telefônica Vivo, 2016.

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/ICE. **Inovações em Conteúdo, Método e Gestão - Metodologias de Êxito**, 2020.

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ICE. **Concepção do Modelo da Escola da Escolha**. Recife, PE. 4ª Edição | 2020.

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ICE. **Conceitos**. Recife, PE. 4ª Edição | 2020.

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ICE. **Concepção do Modelo Pedagógico**. Recife, PE. 4ª Edição | 2020.

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ICE. **Princípios Educativos**. Recife, PE. 4ª Edição | 2020.

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ICE. **Eixos Formativos**. Recife, PE. 4ª Edição | 2020.

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Concepção do Modelo de Gestão – Tecnologia de Gestão Educacional**. Recife, PE. 4ª Edição, 2020

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ICE. **Inovações em Conteúdo, Método e Gestão – Metodologias de Êxito**. Recife, PE. 4ª Edição | 2020.

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Inovações em Conteúdo, Método e Gestão – Rotinas e Práticas Educativas**. Recife, PE. 4ª Edição, 2020.

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ICE. **Material do Educador – Aulas de Estudo Orientado**. Recife, PE. 1ª Edição | 2016.

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Ambientes de Aprendizagem, Modelo Pedagógico**. Recife, PE. 1ª Edição, 2015.

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ICE. **Escola da Escolha**. Recife, PE: Disponível em: <https://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/>. Acesso em 28 fev. 2021



_____. LABURÚ, C.E. **A relação com o saber profissional do professor de Física e o fracasso da implementação de atividades experimentais no ensino médio.** Investigações em ensino de ciências, v.12, n.3, p.305-320, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas.** Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG,1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Sala ambiente** (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda.** In: BACICH, L; _____. J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018.

OLIVEIRA, Emanuelle. **Interdisciplinaridade.** Info Escola: **Navegando e Aprendendo.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/interdisciplinaridade/> . Acesso em: 04 de fev. 2021.

PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e o Desafio da avaliação.** Porto Alegre. Artmed Editora S.A, 2002.